

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

**Plano Plurianual
2008-2011**

VOLUME II

**EXERCÍCIO 2012
ANO BASE 2011**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Ministra de Estado da Cultura

Ana Maria Buarque de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Mônica Teixeira

Ministro de Estado do Esporte

Aldo Rebelo

Ministro de Estado do Turismo

Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Gilberto José Spier Vargas

Ministro de Estado das Cidades

Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Marcelo Bezerra Crivella

Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República

Gilberto Carvalho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Ideli Salvatti

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Helena Chagas

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Wellington Moreira Franco

Advogado-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Presidente do Banco Central do Brasil

Alexandre Antônio Tombini

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Maria do Rosário Nunes

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos

José Leônidas Cristino

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Wagner Bittencourt de Oliveira

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

**Plano Plurianual
2008-2011**

VOLUME II

**EXERCÍCIO 2012
ANO BASE 2011**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2012 Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório de avaliação : plano plurianual 2008-2011 : exercício 2012 : ano base 2011 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. - Brasília : MP/SPI, 2012.

2 v.

Conteúdo: volume 2.

1. Planejamento governamental. 2. Programas : avaliação dos indicadores e probabilidades. I. Título

CDU 338.26"2008-2011"(047)



(Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Artigo 19º, incisos III e IV)

Volumell

Em atendimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e suas alterações, o Volume II contempla:

- a) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2011 e dos índices finais previstos; e
 - b) avaliação, por programa, do alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as observações sobre o desempenho registrado.
-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0352 Abastecimento Agroalimentar **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira

Público-alvo Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	15,00	12/2011	53,00	29,40	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	9,00	12/2011	14,00	7,10	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Milho (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	31/12/2003	17,00	12/2011	20,00	22,20	Média	-
Margem de Disponibilidade de Trigo (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	28/2/2004	3,00	12/2011	17,00	13,30	Alta	-
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (unidade)	CONAB	30/12/2006	11.006,00	12/2011	5.470,00	17.084,00	Muito Baixa	O indicador tinha como meta o aumento do número de produtores atendidos. No entanto, o baixo número de atendimentos se deu em virtude do próprio mercado ter absorvido a produção. Deverá ser elaborado novo indicador levando em conta o número de produtores que requisitaram apoio a comercialização em relação aos produtores atendidos.
Produção Nacional de Grãos (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/4/2004	123,20	12/2011	162,90	150,00	Alta	-
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB e Banco do Brasil	31/12/2006	3.133.029,00	12/2011	1.210,40	4.271.152,00	Muito Baixa	O mercado absorveu a produção, não sendo necessária a intervenção governamental. O indicador pode ser computado em relação ao volume de recursos disponíveis no caso de necessidade de apoio à comercialização de produtos agropecuários.
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB	1/8/2007	11.301.553,00	12/2011	56.781.554,48	16.639.331,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	1049 Acesso à Alimentação	Órgão Responsável	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)			
Objetivo	<i>Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana</i>						
Público-alvo	<i>Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
<i>Número de Agricultores Familiares Beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (unidade)</i>	SESAN/MDS	31/12/2006	118.140,00	12/2011	149.250,00	167.580,00	Embora a meta de atendimento de famílias para o ano de 2011 não tenha sido atendida na sua plenitude, houve um crescimento do número de agricultores participantes do Programa, bem como houve um crescimento do valor médio acessado por família, o que demonstra que estão aumentando o volume de produção e a capacidade de acesso ao mercado, o que são também objetivos do PAA.
<i>Número de Bancos de Alimentos Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)</i>	SESAN/MDS	31/8/2007	34,00	12/2011	116,00	123,00	Houve uma revisão das estruturas instaladas por encontrarem inadequadas aos padrões e normas para funcionamento exigido. Em consequência houve um aumento no custo desse equipamento público reduzindo a quantidade instalada.
<i>Número de Cisternas Construídas (1000)</i>	SESAN/MDS	2/12/2009	39.465,00	12/2011	83.248,00	45.036,00	-
<i>Número de Cozinhas Comunitárias Instaladas com Recursos do Governo Federal (unidade)</i>	MDS/SESAN	31/8/2007	283,00	12/2011	627,00	500,00	-
<i>Número de Pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional Beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (unidade)</i>	MDS/SESAN	31/12/2006	10.795.470,00	12/2011	16.290.738,00	13.909.150,00	-
<i>Número de Restaurantes Populares Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)</i>	MDS	31/8/2007	27,00	12/2011	157,00	183,00	Houve uma revisão das estruturas instaladas por encontrarem inadequadas aos padrões e normas para funcionamento exigido. Em consequência houve um aumento no custo desse equipamento público reduzindo a quantidade instalada.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação

Público-alvo Governo Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil (porcentagem)	MP/SPS e Copat/SRF/MF	31/12/2006	110,00	12/2011	105,40	109,00	Média	A Secretaria da Receita Federal do Brasil vem desenvolvendo iniciativas de fiscalização, de cobrança de créditos tributários e, em especial, de implantação de instrumentos de gestão, que devem resultar na melhoria dos valores da arrecadação federal.

Programa	1102 Agenda 21	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
-----------------	----------------	-------	-----------------------------------

Órgão Responsável

Objetivo *Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais para estabelecer as prioridades a serem executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva de constituição de sociedades sustentáveis*

Público-alvo *Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local*

Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0351 Agricultura Familiar - PRONAF **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores

Público-alvo Agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	50,55	12/2011	63,88	85,00	Média	O crédito rural do PRONAF, desviado aos agricultores familiares assentados pela Reforma Agrária, possui estreita relação com o INCRA no que se refere a sua operacionalização. Somente é concedido aos agricultores que já tenham recebido todos os créditos de instalação do INCRA (apoio inicial, fomento, moradia) bem como a devida divisão do assentamento em lotes e a construção de infra-estrutura básica (estradas, etc) - ações notoriamente demandantes de elevado prazo para execução e fora da governança da SAF.
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	17,00	12/2011	55,99	48,00	Alta	-
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha V (percentagem)	Dados do Banco Central do Brasil - RECOR	1/12/2007	55,80	12/2011	63,10	62,38	Alta	-

Programa 0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar o acesso ao crédito e aos serviços bancários
Público-alvo Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais (%)	Bancos Federais	-	-	12/2011	93,24	-	-	O BASA pretende realizar investimentos no montante de R\$ 2,8 milhões. O BNB realizou R\$ 8,46 milhões de transações por canais alternativos de atendimento (internet, terminais de autoatendimento e terminais compartilhados). No ano de 2010, representando 54,8% do total de transações realizadas, que foi de R\$15,44 milhões.

Programa 1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

Órgão Responsável

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo Contribuir para a formação de opinião sobre as principais questões e temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da preservação da história diplomática do Brasil

Público-alvo Sociedade e meio acadêmico e diplomático

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior (%)	Fundação Alexandre de Gusmão	1/6/2007	23,00	01/2012	83,20	5,00	Alta	-

Programa 1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde, assim como promover a desprecuarização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho

Público-alvo Gestores federais, estaduais, municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos, entidades representativas dos trabalhadores da saúde e estudantes da área de saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aperfeiçoamento da Educação em Saúde (%)	Pesquisa da Assistência Médica - Sanitária	31/12/2006	22,00	12/2011	48,00	45,00	Alta	-

Programa 6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário

Público-alvo Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Custo Médio do Transporte de Grãos (R\$/ton)	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq/Sifreca	30/4/2005	157,38	12/2011	195,00	124,80	Baixa	Ampliação dos portos para reduzir o custo no escoamento da produção.
Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional (%)	Associação Nacional do Exportadores de Cereais - ANEC	31/3/2005	7,00	12/2011	5,39	8,02	Muito Baixa	Ampliação dos investimentos da infraestrutura hidroviária.
Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	30/4/2005	43,05	12/2011	58,53	59,12	Alta	-

Programa 0661 Aprimoramento da Execução Penal **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes
Público-alvo Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Mulheres em Presídios Femininos (%)	DEPEN	9/7/2007	0,63	06/2011	0,83	0,71	Alta	-
Percentual de Presos que Trabalham (%)	DEPEN	9/7/2007	0,24	06/2011	0,18	0,35	Média	É necessário maior investimento na melhoria das condições carcerárias no país, bem como ampliação das parcerias com outros órgãos públicos e entidades privadas com vistas a possibilitar que o detento exerça alguma atividade laboral durante o cumprimento da pena.
Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (unidade)	Departamento Penitenciário Nacional	9/7/2007	0,69	07/2011	0,57	0,81	Muito Baixa	Necessidade de maior aporte de recursos na contratação e consequente geração de vagas, bem como ampliar as ações de fomento à aplicação de medidas alternativas à prisão.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0256 Aprimoramento dos Serviços Postais **Órgão Responsável** 41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento (percentual)	Pesquisa externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	95,40	09/2010	95,30	100,00	Alta	Tendo em vista que a pesquisa é bianual e a última foi apurada em 2010, as medidas corretivas necessárias só serão apuradas em 2012.
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição (percentual)	Pesquisa Externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	97,80	09/2010	95,60	100,00	Alta	Tendo em vista que a pesquisa é bianual e a última foi apurada em 2010.
Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal (percentual)	DICOM/ECT	31/12/2006	85,40	12/2011	75,74	100,00	Média	O índice previsto ao final do PPA mostrou-se muito elevado.
Taxa Populacional com Distribuição Postal (percentual)	DIOPE/ECT	31/7/2002	79,09	12/2009	82,00	89,21	Alta	Busca por um novo modelo capaz de atualizar os dados da POF anualmente.

Programa 0499 Áreas Protegidas do Brasil 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA) **Órgão Responsável**

Objetivo *Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes*

Público-alvo *População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação*

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1016 Artesanato Brasileiro	Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	Índice alcançado em 2011				Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Fonte	Índice de Referência	Data	Índice			
Objetivo	Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo										
Público-alvo	Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes										
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Data	Índice	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações		
Participação de Artesãos Cadastrados no SICAB com Produção Destinada a Exportação (pessoas atingidas / número de ppds)	Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB	1,20	1/12/2009	-	-	1,32	Muito Baixa	Homologar e implantar segunda versão do SICAB.			
Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes (número índice)	MDIC	100,00	31/08/2007	-	-	0,00	Muito Baixa	Homologar e implantar segunda versão do SICAB.			
Variação Acumulada no Faturamento Nominal Médio dos Artesãos em Eventos de Comercialização Apoiados pelo PAB. (finanças consolidadas)	Programa do Artesanato Brasileiro - PAB	100,00	1/12/2008	144,64	01/2012	132,00	Alta	-			

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Promover a democratização do acesso à terra

Público-alvo Trabalhadores rurais sem-terra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	143,00	12/2011	54,17	100,00	Média	-

Programa 1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

36000 Ministério da Saúde (MS)

Órgão Responsável

Objetivo

Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (1/100.000 habitantes)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2006	0,44	01/2012	0,72	0,70	Alta	-
Índice de Consulta por Habitante (Consulta per capita)	MS/SAS - SIA/SUS e IBGE	31/12/2005	2,50	01/2012	2,96	2,90	Alta	-
Índice de Leitos Disponibilizados (1/1.000)	MS/SAS/CNES e IBGE	30/6/2006	2,66	01/2012	2,62	3,00	Alta	-
Índice de Transplantes Realizados no SUS (1/1.000.000)	SAS/MS	31/12/2006	59,60	01/2012	120,62	74,60	Alta	-
Quociente de Internação Hospitalar no SUS (%)	SIH / SIA - MS	30/6/2007	3,43	01/2012	2,24	2,90	Alta	-
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (%)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2005	44,53	01/2012	70,56	75,00	Alta	-

Programa 1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do país

Público-alvo Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação (porcentagem)	Estado Maior do Exército	1/1/2006	-	-	-	50,00	Média	É necessário apoiar a capacidade de execução dos estados e municípios.

Programa 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Distribuição de Medicamentos para a Primeira Fase do Tratamento de Pacientes Portadores de Tuberculose (porcentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	31/8/2009	85,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Distribuição de Medicamentos para a Segunda Fase do Tratamento de Pacientes Portadores de Tuberculose (porcentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	31/8/2009	85,00	12/2011	42,00	100,00	Média	-
Taxa de Distribuição de Medicamentos para o Tratamento de Pacientes com Hanseníase (porcentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	28/8/2009	70,00	12/2011	57,00	100,00	Média	A programação de medicamentos é feita anualmente no período de abril a março. Portanto, em 2011, a programação foi estabelecida de abril de 2011 a março de 2012, ainda não concluída.
Taxa de Distribuição dos Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica Adquiridos de Forma Centralizada pelo MS (porcentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica/Coordenação Geral de Med. Excepcionais	31/12/2009	100,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Recurso Financeiro Transferido aos Estados para a Aquisição dos Medicamentos Grupo 1B do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (porcentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	31/12/2009	100,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça
Público-alvo Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita, e que não tem condições econômicas de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita (unidade)	DPU/MJ	1/1/2007	98.970,00	12/2011	480.538,00	140.000,00	Alta	-
Custo por pessoa assistida (unidade)	DPGU	-	0,00	12/2011	439,00	0,00	Média	Indicador em fase de estruturação. O aumento do custo em relação a 2010 é justificado pelos custos de implantação de novos núcleos que ainda não atendem em plena capacidade por carência de recursos humanos. Já foi enviado ao Ministério do Planejamento solicitação para realização de concurso do quadro administrativo, bem como para a criação da carreira de apoio a atividade jurídica.
Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão (unidade)	Defensoria Pública da União/MJ	31/8/2007	227.000,00	12/2011	1.275.771,00	500.000,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar **Órgão** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) **Responsável**

Objetivo Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais
Público-alvo Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Agemex de Ater Formados (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	20,00	12/2011	36,29	80,00	Baixa	A formação de agentes de Ater acumulou nos dois primeiros anos do PPA o percentual de quase 50% de agentes de Ater capacitados. Já em 2011, as limitações de diárias e passagens impactaram na execução da ação, restringindo a execução via Redes Temáticas de ATER. Importante salientar que o resultado de 36,29% é referente ao ano de 2011 e não o acumulado no período do PPA.
Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	37,00	12/2011	6,86	51,00	Muito Baixa	Hove redução de orçamento de 2010 para 2011 da ordem de R\$ 90 milhões. A execução orçamentária da ação em 2011 foi de 99,6%. As evoluções graduais alcançadas no orçamento dessa ação, ainda são limitadas frente à demanda pelos serviços de ATER no país. Para alcançar taxa de cobertura de 50% de ATER para a agricultura familiar, via contratação de serviços por chamada pública, seriam necessários cerca de R\$ 2 bilhões, considerando o custo unitário de R\$1 mil/estabelecimento/ano. Também teve impacto no índice de atendimentos contabilizados a mudança no instrumento de execução da ação, de convênios para contratos de ATER por dispensa de licitação. A nova modalidade, operacional a partir de abril de 2011, garante serviço contínuo e de qualidade com recursos exclusivos do governo federal.
Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	33,33	12/2011	48,00	61,00	Média	A principal razão para o não atingimento da meta é a saturação do crédito de investimento em função dos índices altos de contratação de anos anteriores, como por exemplo na linha Mais Alimentos. Das 3,2 milhões de operações de crédito, cerca de 2,4 milhões são de crédito de investimento. Considerando investimento e custeio, são cerca de 2 milhões de CPFs de um público potencial de 4,3 milhões de estabelecimentos. Se considerarmos que cerca de 1 milhão de estabelecimentos estão na faixa da pobreza extrema, portanto, carecem de medidas alternativas ao crédito como o fomento, 900 mil são assentados da reforma agrária e cerca de 300 mil estabelecimentos estão inadimplentes, temos que o universo potencial do crédito atual está contemplado. Como medida para ampliar essa base está a necessidade de estruturação de ações para que o público da pobreza desenvolva as condições necessárias para galgar etapas que possibilitem lidar com o crédito bancário e atuar sobre o público inadimplente.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1214 Atenção Básica em Saúde

36000 Ministério da Saúde (MS)

Órgão Responsável

Objetivo *Expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal (%)</i>	MS/SAS/DAB	30/5/2007	41,20	12/2011	0,00	66,00	Muito Baixa	Verificou-se a necessidade de adequação das bases populacionais das duas equipes SF e SB e ao mesmo tempo a tentativa de sensibilizar os gestores municipais e estaduais, para a nova forma de cálculo desse índice a ser utilizado, porém sem sucesso.
<i>Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família (%)</i>	MS/SAS/DAB	30/5/2007	47,10	12/2011	53,40	70,00	Média	O Ministério da Saúde buscou, no último ano, estruturar a Atenção Básica como primeiro ponto de atenção e principal porta de entrada do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, integrando, coordenando o cuidado, e atendendo as suas necessidades de saúde. O Decreto nº 7.508/11 define que "o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde se inicia pelas portas de entrada do SUS e se completa na rede regionalizada e hierarquizada". Neste sentido, atenção básica procurou cumprir algumas funções para contribuir com o funcionamento das Redes de Atenção à Saúde, entre elas: ser base, ser resolutiva, coordenadora do cuidado e ordenadora das redes. Assim, esperava-se que com a implantação de Programas como o de Melhoria do Acesso da Qualidade dos serviços da Atenção Básica, os índices a serem apurados nos anos seguintes seja superiores.
<i>Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com mais de 100.000 Habitantes (porcentagem)</i>	MS/SAS/DAB	30/5/2007	36,30	12/2011	36,81	52,00	Média	A segunda etapa da fase 2 do PROESF relaciona-se com o atual momento de desenvolvimento da Atenção Básica brasileira marcado pela publicação da Portaria n 2.488, de 21/10/2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica e para a Estratégia Saúde da Família e da Portaria n. 1.654, de 19/07/2011 que institui o Saúde Mais Perto de Você - Acesso e Qualidade, Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica PMAQ. O Ministério da Saúde, através da Portaria n. 2.132, de 6/09/2011, declarou a elegibilidade dos Estados e do Distrito Federal, para recontractualização. A segunda etapa do PROESF passara a ser formalizada através da assinatura do Termo de Compromisso. O mesmo aconteceria com a Portaria n. 2.134, de 6/09/2011, que declarava a elegibilidade dos Municípios, para recontractualização, porém os Sistemas só foram disponibilizados no início do ano de 2012.
<i>Taxa de cobertura do auxílio-reabilitação psicossocial do Programa "De Volta Pra Casa" (%)</i>	DATASUS / Coordenação de Saúde Mental	31/12/2006	21,00	12/2011	49,68	86,00	Média	São necessários mais investimentos na organização da rede de saúde mental extra-hospitalar de serviços abertos como CAPS, residências terapêuticas com interface aos dispositivos intersetoriais e com vínculos à ação social, trabalho, emprego e cultura.

Programa	0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)			
Objetivo	<i>Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural.</i>						
Público-alvo	<i>Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Capacidade de Refino Instalada no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	129,00	12/2011	230,51	Alta	-
Produção média de gás natural no exterior (milhões de m ³ /dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	14,44	12/2011	16,53	Alta	-
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	160,90	12/2011	147,51	Muito Baixa	Revisão do plano plurianual de negócios da companhia, relativos a atuação internacional.

Programa	0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	01000	Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados)
-----------------	--	-------	---

Órgão Responsável

Objetivo *Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros*

Público-alvo *Sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0551 Atuação Legislativa do Senado Federal 02000 Senado Federal (Senado Federal)

Órgão Responsável

Objetivo Representar a Federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do poder público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais

Público-alvo Unidades da Federação e sociedade

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II**

Programa 1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

26000 Ministério da Educação (MEC)

Órgão Responsável

Objetivo Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos

Público-alvo Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Porcentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	23,40	09/2010	20,30	15,72	Média	Dar continuidade e fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA para a formulação e implementação dos Planos Estratégicos de cada Unidade Federada, ampliando a responsabilização dos gestores locais pela oferta contínua de EJA.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	3,70	07/2011	2,98	2,09	Média	Maior mobilização focalizada no público analfabeto na faixa etária de 15 a 29 anos, por meio da integração com o PROJovem URBANO, iniciada em 2012 com o desenvolvimento de estratégias conjuntas com vistas à continuidade e elevação de escolaridade dos egressos do PBA nas turmas do Projovem Urbano.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	11,05	07/2011	9,62	6,19	Baixa	Ações de melhoria do instrumento normativo e do sistema de gestão, acompanhamento e controle do PBA, iniciadas em 2010; formação da gestão local; maior articulação junto ao Programa Bolsa Família/MDS para ampliação da busca ativa; estratégia de atuação para o fortalecimento da EJA e da alfabetização através das ações da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Construção de mecanismos de responsabilização dos entes federados pelas ações de alfabetização e oferta de EJA com a pactuação de metas de efetividade e continuidade; melhoria da efetividade ao Projeto Olhar Brasil (MS) junto ao público do PBA, cujo problema de acuidade visual está entre as principais razões de evasão.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	25,00	07/2011	23,18	14,00	Baixa	Implementar as ações previstas no Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que prevê um conjunto de ações integradas nas áreas de gestão e prática pedagógica, formação de professores e infraestrutura física e tecnológica e, dentre seus eixos prioritários, o fortalecimento da EJA no campo. Dentre as ações previstas, destaca-se o financiamento para a abertura de novas turmas de alfabetização no primeiro segmento de EJA em escolas do campo.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	21,90	07/2011	19,01	12,28	Baixa	Além das ações informadas para a melhoria do indicador de analfabetismo geral (pessoas com 15 anos ou mais), é necessário ampliar o apoio técnico aos municípios do Nordeste com os maiores índices de analfabetismo e com os maiores números absolutos de analfabetos.

Programa 1045 Brasil com Todo Gás **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte

Público-alvo Consumidores de gás natural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade da rede de dutos para o transporte de gás natural (milhão de m ³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	7.870,00	12/2011	120,00	-	-	-
Extensão da malha de gasodutos da Petrobras (km)	Petrobras Transporte S.A.	31/12/2007	-	12/2011	9.518,00	9.621,00	Alta	-
Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil (milhões de m ³ /dia)	Petrobras - Unidade de Gás Natural	31/12/2002	23,80	12/2011	48,07	-	-	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1061 Brasil Escolarizado

Órgão Responsável

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência

Público-alvo Crianças, adolescentes e jovens

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	13,00	-	-	54,40	Alta	-
Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	80,70	-	-	91,90	Alta	-
Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	62,90	-	-	87,50	Alta	-
Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	94,40	-	-	97,50	Alta	-
Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	45,30	-	-	52,80	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

Objetivo Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior

Público-alvo Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento	31/1/2007	44,82	-	-	60,00	Baixa	Não foi possível a apuração do indicador em 2011.

Programa	0167 Brasil Patrimônio Cultural	42000	Ministério da Cultura (MinC)	Órgão Responsável		
Objetivo	Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro					
Público-alvo	Sociedade Brasileira					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2011 Data	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (percentagem %)	Iphan/MinC	31/12/2006 70,66	03/2012 270,60	0,00	Alta	Os valores foram calculados a partir dos dados disponíveis no SIGPLAN, sendo assim não existem medidas corretivas a serem tomadas.
Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Material (unidade)	IPHAN	31/12/2006 7,00	03/2012 1,00	0,00	Baixa	A medida a ser tomada seria alterar o próprio valor de referência que é muito elevado.

Programa 1336 Brasil Quilombola

Órgão Responsável 20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Objetivo Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas

Público-alvo População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número índice de evolução da certificação de comunidades remanescentes de quilombos (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	12/2011	167,52	130,00	Alta	-
Número índice de evolução da publicação de portaria de reconhecimento de territórios quilombolas (parcerias consolidadas)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	31/12/2008	100,00	12/2011	287,80	160,00	Alta	-
Número índice de evolução da titulação de territórios quilombolas (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	11/2011	186,27	117,00	Alta	-
Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável (percentual)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	15,52	11/2011	10,56	10,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1073 Brasil Universitário

Órgão Responsável

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo

Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento

Público-alvo

Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior (unidade)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	15,22	12/2010	15,78	16,34	Alta	-
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atualizado nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	44,26	01/2011	66,87	56,90	Alta	-
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atualizado nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	29,40	01/2011	6,26	22,74	Alta	-
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atualizado nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	26,32	01/2011	26,36	20,36	Média	Dada a política de aumento da proporção de quadro de docentes com doutorado nas universidades federais, verificou-se, em 2011, uma redução no número de docentes com mestrado.
<i>Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	25,38	01/2011	33,92	40,09	Média	O não atingimento do índice de 40,09% referente ao indicador se deve principalmente à expectativa superestimada de abertura de cursos noturnos por parte das IFES.
<i>Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	60,13	12/2010	63,45	64,09	Alta	-

Programa 0169 Brasil, Som e Imagem **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual

Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil (percentual)	Ministério da Cultura	27/5/2006	11,00	01/2012	12,42	11,76	Alta	-

Programa 1163 Brasil: Destino Turístico Internacional **Órgão Responsável** 54000 Ministério do Turismo (MTur)

Objetivo Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país

Público-alvo Turistas estrangeiros - atual e potencial, trade turístico e a mídia

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Dívidas Geradas pelo Turismo (-)	Banco Central do Brasil	31/12/2006	4,30	02/2012	6,78	8,80	Alta	-

Programa 0643 Calha Norte **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região

Público-alvo População dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios da calha norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento Integrado à Pequena Unidade Militar (km por núcleo)	Ministério da Defesa	31/7/2003	375,00	12/2011	350,00	280,00	Muito Baixa	Necessidade da construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) ou mesmo destacamentos, com missões específicas de incentivo ao povoamento integrado à pequena Unidade militar
Taxa de Cobertura aos Municípios do PCN (porcentagem)	Relatório anual de gestão do Programa	31/12/2009	71,00	12/2011	89,17	100,00	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)				
Objetivo	Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais							
Público-alvo	Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					
Grau de Satisfação dos Alunos (porcentagem)	ESAF	31/12/1999	76,00	05/2012	94,10	90,00	Alta	-
Grau de Satisfação dos Contratantes (porcentagem)	ESAF	31/12/1999	85,00	05/2012	96,60	-	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

Órgão Responsável

20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Objetivo Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo

Público-alvo Mulheres

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	51,85	12/2011	81,50	100,00	Baixa	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	2,54	12/2011	5,50	4,10	Alta	-
Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pro-Equidade de Gênero (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	0,00	12/2011	427,30	400,00	Alta	-
Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (-)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	46,00	12/2011	0,00	50,00	Baixa	A ouvidoria estava, até o início de 2012, voltada para temas de Combate à Violência contra a Mulher; assim, não temos dados relacionados aos Direitos Sociais, Econômicos e Sociais.
Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,89	12/2011	96,30	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	3,30	12/2011	7,70	5,20	Alta	-

Programa	1122 Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)			
Objetivo	<i>Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e à conservação dos recursos naturais</i>						
Público-alvo	<i>Comunidade científica; indústria; comunidades locais; e poder público</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Número de Nichos de Biogeoinformática Institucionais Integrados (unidade)	SEPED/MCT	31/12/2007	0,00	3,00	4,00	Alta	-
Produção Bibliográfica dos pesquisadores cadastrados no DGP nas áreas de Botânica, Zoologia e Ecologia (apilano)	Diretório dos Grupos de Pesquisa - DGP/CNPQ (Censo 2008) / ASCAV-MCT	31/12/2008	18.978,00	19.780,00	20.084,00	Alta	-
Rede de pesquisa apoiada (unidade por ano)	SEPED/MCT	22/5/2009	12,00	12,00	11,00	Alta	-

Programa 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde

Órgão Responsável 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo

Estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento e inovação para o complexo produtivo de bens e serviços de saúde no país, por intermédio da interação entre saúde, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no complexo de saúde, orientando, apoiando e realizando investimentos para a produção científica e de insumos estratégicos para a saúde

Público-alvo

Usuários do SUS; Gestores e Instituições de Saúde do SUS; Laboratórios Públicos de Produção de Insumos da Saúde; Instituições de Ensino e Pesquisa; Instituições do complexo produtivo da saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela Fiocruz (unidade)	MS/Relatórios periódicos das unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	26,00	12/2011	25,00	40,00	Média	-
Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela FioCruz (unidade)	MS/FIOCRUZ	31/12/2006	25,00	12/2011	78,00	40,00	Alta	-
Número de Patentes Depositadas (unidade)	MS/Relatórios de atividades das unidades da FioCruz	31/12/2006	4,00	12/2011	15,00	10,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	112,00	12/2011	221,00	220,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	50,00	12/2011	109,00	70,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	797,00	12/2011	1.161,00	1.145,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FioCruz	31/12/2006	20,00	12/2011	11,00	50,00	Alta	-
Taxa de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica (%)	MS/Fiocruz, MEDLINE	31/12/2006	71,00	12/2011	74,00	80,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Órgão Responsável

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional

Público-alvo Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos (unidade)	ABNT/INMETRO	31/12/2007	9,614,00	12/2011	5.725,00	14.374,00	Baixa	-
Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2007	13,40	12/2011	15,60	16,80	Média	Continuar incentivando a absorção e alocação de mestres e doutores em seu parque de P&D, somando-se aos esforços de constituir condições para que essas empresas venham a investir mais em P&D.
Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (%)	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC	31/12/2007	8,10	12/2011	6,20	9,60	Baixa	São muitas as variáveis que interferem nesse Indicador, como por exemplo a crise econômica internacional, a taxa de câmbio desfavorável as exportações de produtos de maiores valores agregados entre outros. O que se percebe é que o MCTI deve continuar a incentivar seus programas voltados ao apoio do desenvolvimento de P&D pelas empresas.
Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados por Residentes no Brasil (unidade)	United States Patent and Trademark Office (USPTO)	31/12/2007	383,00	12/2011	540,00	504,00	Alta	-
Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2005	0,85	12/2011	1,02	1,06	Alta	Previsto quase alcançada, apesar de ser estimativa.
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	3.742,00	12/2011	4.476,00	4.981,00	Alta	Acreditamos que não se faz necessário, pois o índice alcançado é muito próximo do previsto, embora considere o período de outubro de 2010 a setembro de 2011, conforme a metodologia utilizada. Se considerarmos o ano fechado, janeiro a dezembro de 2011, o número ainda seria mais próximo do previsto.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social **Órgão** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) **Responsável**

Objetivo

Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico visando à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social.

Público-alvo

População excluída rural e urbana; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres e comunidades negras; participantes do programa de juventude; pessoas com insegurança alimentar e nutricional; pequenos produtores; micro e pequenas empresas; populações de regiões deprimidas social e economicamente, especificamente, população de catadores de materiais recicláveis e suas famílias; e empreendimentos econômicos solidários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos aos Sites das Instituições de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	1/12/2006	23.816.115,00	12/2011	35.606.933,00	45.059.306,00	Média	1. Aumento da divulgação dos sites. 2. Ampliação das informações ofertadas.
Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (unidade)	Departamento de Difusão e Popularização da Ciência - DEFDI/SECIS/MCT	1/10/2007	390,00	12/2011	654,00	700,00	Média	Busca de mais parcerias com municípios.
Número de Visitas às Instituições de Ensino e Pesquisa e Museus de Ciências do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	31/12/2007	430.065,00	12/2011	501.833,00	440.000,00	Alta	-
Pessoas que Declararam muito Interesse pelo Tema Ciência e Tecnologia (%)	Pesquisa de Percepção Pública de C&T - SECIS/MCT	1/12/2006	41,00	12/2011	65,00	46,00	Alta	-

Programa 1080 Combate à Desertificação **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação

Público-alvo População das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação (km²)	Ministério do Meio Ambiente	1/3/2005	9.730,00	01/2012	80.201,00	190.869,00	Alta	-

Programa 0812 Competitividade das Cadeias Produtivas **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Objetivo Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações

Público-alvo Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria (percentual)	BACEN e SECEX	20/12/2007	1,88	01/2012	3,53	2,63	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0798 Compras Governamentais **Órgão** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) **Responsável**

Objetivo Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normalizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais

Público-alvo Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	--	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1145 Comunidades Tradicionais

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Órgão Responsável

Objetivo

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social

Público-alvo

Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção (%)	Ministério do Meio Ambiente	31/7/2005	4,27	01/2012	49,98	50,33	Alta	-

Programa 1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Órgão Responsável

Objetivo

Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes

Público-alvo

Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos (unidade)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2007	28,00	12/2011	33,00	40,00	Alta	-
Taxa de Proteção Integral dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-MMA	15/8/2005	3,40	12/2011	6,20	10,00	Baixa	-
Taxa de Uso Sustentável dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	15/8/2005	4,22	12/2011	12,50	11,00	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)		
Objetivo	<p><i>Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biosegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado</i></p>				
Público-alvo	<p><i>Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbarários, a academia e a comunidade internacional</i></p>				
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas (porcentagem)	Ministério do Meio Ambiente	Data	Data	80,00	Média
		Índice	Índice		
		15/8/2003	01/2012	49,41	-

Programa 1426 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais

Público-alvo Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (aplicano)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	-	-	0,21	Muito Baixa	-

Programa 1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário **Órgão Responsável** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)

Objetivo Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados

Público-alvo Poder Judiciário e Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça (%)	Conselho Nacional da Justiça	15/12/2006	100,00	12/2011	111,09	100,00	Alta	-

Programa 0550 Controle Externo **Órgão Responsável** 05000 Tribunal de Contas da União (TCU)

Objetivo *Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo*

Público-alvo *Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União (porcentagem)	Tribunal de Contas da União	31/12/2006	45,00	12/2011	58,60	42,00	Alta	-

Programa 1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção **Órgão Responsável** 20125 Controladoria Geral da União (CGU)

Objetivo Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública

Público-alvo Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União - IDIC (%)	SIGPLAN	31/12/2008	100,00	12/2011	93,60	400,00	Alta	-

Programa	0237 Corredor Araguaia-Tocantins	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável
-----------------	----------------------------------	-------	---------------------------------	--------------------------

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0233 Corredor Mercosul 39000 Ministério dos Transportes (MT) **Órgão Responsável**

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul

Público-alvo Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0235 Corredor Nordeste	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável
-----------------	------------------------	-------	---------------------------------	--------------------------

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0229 Corredor São Francisco	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável
-----------------	-----------------------------	-------	---------------------------------	--------------------------

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0231 Corredor Transmetropolitano	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável
-----------------	----------------------------------	-------	---------------------------------	--------------------------

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais

Público-alvo Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1116 Crédito Fundiário

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Órgão Responsável

Objetivo Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadram nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis

Público-alvo Famílias sem-terra, arrendatários, parceiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2003	4,50	-	-	13,76	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda

Público-alvo Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito (unidade)	Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED	30/12/2006	1.609.007,00	01/2012	863.442,00	3.060.218,00	Baixa	O índice previsto mostrou-se muito audacioso, não dialogando com a realidade do programa.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0172 Cultura Afro-Brasileira	42000	Ministério da Cultura (MinC)	Órgão Responsável			
Objetivo	Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro						
Público-alvo	Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Número de Comunidades Quilombolas Certificadas (unidade)	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	390,00	12/2011	139,00	-	Ainda não existem medidas corretivas para o problema, tendo em vista que a certificação começa por iniciativa própria da comunidade quilombola que passa a reconhecer sua identidade.

Programa 1141 Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural

Público-alvo Populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e criação, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura (porcentagem)	SPPC/MinC	31/12/2007	0,30	-	-	-	Média	O índice apontado no SIGPLAN para o exercício de 2011, de 2,48, foi gerado com base no aumento do número de pontos de cultura apoiados. Trata-se de uma falha na estimativa do índice. Não está correto já que o índice varia entre 0,0 e 1,0 e, conforme fórmula de cálculo acima descrita, não varia segundo o aumento do número de pontos de cultura apoiados.

Programa 0581 Defesa da Ordem Jurídica **Órgão Responsável** 34000 Ministério Público da União (MPU)

Objetivo *Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processo Elaborado (%)	Ministério Público da União	31/12/2003	100,00	04/2011	100,00	100,00	Alta	-

Programa 0697 Defesa do Consumidor **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Promover a proteção e defesa do consumidor

Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Processos Administrativos Concluídos (unidade)	SINDEC	31/12/2006	60,00	12/2011	443,00	100,00	Alta	-
Número de Procons Municipais Integrados ao SINDEC (percentual)	SINDEC	31/12/2006	22,00	12/2011	146,00	100,00	Alta	-

Programa	0695 Defesa Econômica e da Concorrência	Objetivo	Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
						Data	Índice	Data	Índice			
						31/12/2006	65,00	02/2012	70,00	74,00	Alta	
					Conselho Administrativo de Defesa Econômica	31/12/2006	100,00	02/2012	147,00	94,00	Média	O prazo leva em conta o tempo transcorrido em três órgãos distintos (SEAE/MF, SDE/MJ e CADE). Com o advento da Lei 12.529/11, a instrução e julgamento de Atos de Concentração se dará no mesmo órgão (CADE) e terá legal o prazo máximo de 330 dias, sendo que a grande maioria dos casos se encerrará entre 15 e 30 dias, dado o incremento de recursos materiais e humanos na atividade, fazendo com que a média atinja o índice de referência com possibilidade até mesmo de diminuição deste prazo para abaixo do nível que fora previsto para o final do PPA, a saber 94 dias em 2011. O aumento no número de dias no ano de 2011 deve levar em conta também o aumento de atos notificados ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no referido ano, que foi significativo.

Programa 0580 Defesa Jurídica da União **Órgão Responsável** 20114 Advocacia-Geral da União (AGU)

Objetivo Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo

Público-alvo União

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Análise de Processos pela Advocacia Geral da União (AGU) (porcentagem %)	AGU	31/12/2011	100,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-

Programa 1132 Democratização das Relações de Trabalho **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores

Público-alvo Trabalhadores, empresas e organizações sindicais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Eficácia das Mediações (bolsas concedidas)	Secretaria de Relações do Trabalho SR/MTMTE	-	0,00	12/2011	92,40	70,69	Alta	-
Taxa de Resolução de Conflitos (%)	Dados enviados pelas DRT e CGRT	31/12/2007	74,44	12/2011	81,89	75,00	Alta	-

Programa 1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural

Público-alvo Governo e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos (bolsas concedidas)		31/12/2007	100,00	12/2011	-	-	-	-

Programa	1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural	Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Data	Índice			
Objetivo	1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural								
Público-alvo	Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania Sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte								
Total de Matérias Jornalísticas (unidade)	Radiobrás	31/5/2005	181.585,00	12/2011	20,70	0,00	Alta	-	
Transmissão de Eventos da Presidência da República (%)	Radiobrás	31/12/2004	100,00	12/2011	100,00	0,00	Alta	-	

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades

Objetivo Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais

Público-alvo População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	39.490,00	-	-	70.500,00	Média	-
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	6.271,00	-	-	8.200,00	Baixa	Concluir as obras civis do trecho em superfície, principalmente estações de Mondubim e Vila Pery (as estações subterrâneas dependem da conclusão dos serviços de ventilação, ainda não licitados). Concluir a implantação da rede aérea e viabilizar os testes dos 6 TUEs; já entregues até abril/2012. A meta atual estipulada pelo METROFOR para o início da operação assitida é julho/2012 entre as estações Carliro Benevides e Parangaba. Desta forma espera-se o início da recuperação do índice de passageiros transportados.
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.874,00	-	-	3.632,00	Média	São necessários mais recursos para a efetiva recuperação do sistema. Preferencialmente aprovação de recursos para Modernização deste sistema com a implantação do sistema de VLTs, conforme propostas orçamentárias da CBTU elaboradas nos últimos anos.
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	1.564,00	-	-	3.080,00	Baixa	Com o término das reconstruções do trecho de Utinga a Lourenço de Albuquerque e das estações de Gustavo Paiva e Lourenço de Albuquerque, previstas para o segundo semestre de 2012, voltaremos a operar em todo o sistema e em todas as estações, recuperando muitos passageiros perdidos neste período. Com os recursos que passaram a ser liberados para a Modernização deste sistema a partir do segundo semestre de 2009, com a implantação total do sistema de VLTs, prevê-se capacitar o sistema a atender aproximadamente 40 mil passageiros/dia, desta forma espera-se já em 2012 atingir os índices previstos com um maior número de viagens e com a redução do intervalo entre elas.
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.794,00	-	-	2.683,00	Média	São necessários mais recursos para a efetiva recuperação do sistema. Preferencialmente aprovação de recursos para Modernização deste sistema com a implantação do sistema de VLTs, conforme propostas orçamentárias da CBTU elaboradas nos últimos anos.
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (milhar)	Trensurb/Ministério das Cidades	31/12/2003	44.683,00	12/2011	50.980,06	45.621,94	Alta	-

Programa	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI) cidades	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
							Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais												
Público-alvo	População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Macaé, João Pessoa e Natal												
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	56.615,00	-	-	80.080,00	Alta	Concluir os novos cálculos dos itens questionados, de sobreposição nas obras de modernização de Cajueiro Seco/Cabo, para retomada normal das mesmas e concluir os serviços até abril/2013. Retomar a construção das pontes deste trecho, após reforço do solo das cabeceiras. Dos 7 VLs programados para serem entregues até julho/2012, cinco unidades já foram entregues até abril/2012. Resolver desapropriações dos terminais concluir a construção dos 4 restantes e inaugurar os Terminais de Tancredo Neves e Cajueiro Seco, buscando capacitar o sistema a atender o aumento da demanda, com a implantação da integração do trem ao sistema Estrutural Integrado 3 SEI da Região Metropolitana de Recife. Foi autorizado em 2010 a compra de 15 novos TUEs para operarem na Linha Sul. O contrato está em andamento com aproximadamente 10% de avanço físico e previsão de entrega do 1º TUE em Janeiro/2013 e o último até dezembro deste ano.					
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	3.606,00	-	-	60.060,00	Muito Baixa	Cumprir todas as exigências dos acordos do TCU, para retomar o ritmo normal das obras e concluir as contratações necessárias ao desenvolvimento do Projeto. Concluir prioritariamente as obras do trecho Lapa/Acesso Norte para permitir a operação comercial do sistema nesse trecho, atualmente estimada para o 1º semestre de 2012. Concluir os testes nos TUEs, contratar e treinar pessoal especializado para operar o sistema. É preocupante a possibilidade de se obter sucesso na retomada do Tramo II sem que estejam garantidos os recursos totais necessários para sua complementação nos próximos exercícios. Concluir a montagem da ponte metálica do trecho Calçada/Paripe e liberar o trânsito dos trens em todo o trecho.					
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos (percentagem)	CBTU/MCidades	31/12/2007	75,40	12/2011	75,40	75,40	Alta						

Programa 0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional

Público-alvo Irrigantes de perímetros públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública (ha)	DDH/SIH/Ministério da Integração	12/1/2002	120.000,00	12/2011	15.184,00	-	Média	-
Consumo Anual de Água em Perímetros Públicos de Irrigação (m ³ /ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	-
Consumo Anual de Água na Agricultura Irrigada Privada (m ³ /ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores (%)	DDH/SIH/Ministério da Integração Nacional	1/5/2003	0,00	-	-	-	-	-

Programa 1409 Desenvolvimento da Agroenergia **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva

Público-alvo Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores, finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional (%)	Balanco Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética - MME	31/5/2006	27,40	07/2011	31,50	29,50	Alta	-

Programa	0630 Desenvolvimento da Aviação Civil	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	---------------------------------------	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Promover o desenvolvimento da Aviação Civil Brasileira a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos à Sociedade*

Público-alvo *Usuários e pessoal especializado da aviação civil*

Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira	Objetivo	Público-alvo	Índice de Referência	Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
		<i>Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de dívidas e empregos</i>									
		<i>Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Data	Índice	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
<i>Consumo Interno de Café (milhão de sacas)</i>	Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC	5/1/2003	13,60	12/2011	19,72	20,10	Alta	O crescimento de 3,11% é menor do que o esperado pela ABIC em suas previsões iniciais. As razões desta redução devem ser melhor pesquisadas, mas podem estar relacionadas ao crescimento do consumo de produtos concorrentes no café da manhã no lar. Enquanto a penetração do café no consumo doméstico permaneceu elevada (95%), mas estável, os outros produtos ou categorias novas cresceram acima de 20%, como foi o caso do suco pronto (24%) e as bebidas a base de soja (29%) . A meta da ABIC para o consumo interno - atingir 21 milhões de sacas, proposta em 2004 - talvez seja atingida apenas em 2013. Com a economia brasileira sendo impulsionada em 2012 e as previsões de crescimento do PIB, do consumo das classes C, D e E e a estimativa de crescimento de 50% para as classes A e B até 2015, é natural que o consumo do café siga crescendo.			
<i>Volume de Exportação de Café (milhão de sacas)</i>	MDIC - Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	5/1/2003	17,30	12/2011	33,60	26,60	Alta				
<i>Volume de Produção de Café (milhão de sacas)</i>	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	5/1/2003	29,00	12/2011	43,50	38,80	Alta				

Programa 1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico
Público-alvo Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (reais)	Mine/SEBRAE	12/11/2006	8.000.000,00	-	-	25.000.000,00	Muito Baixa	A partir de 2011, a SEC/SID tem desenvolvido as bases metodológicas e sistemáticas para a elaboração da Conta Satélite da Cultura, como extensão do Sistema de Contas Nacionais que expande sua capacidade de análise sobre o setor cultural em formato comparável com o conjunto da economia. A criação de uma Conta Satélite propiciará um melhor delineamento e entendimento do escopo da cultura em termos de atividades econômicas, como, por exemplo, sobre a evolução de renda e emprego do setor cultural, que possibilitará a tomada de decisões estratégicas no campo de políticas públicas do setor cultural. A Portaria Interministerial nº 130, de 23/12/10, estabeleceu a estrutura para a implementação e a manutenção das Contas de Cultura no Brasil com a instituição do seu Comitê Gestor e seu Grupo Executivo, que estão desenvolvendo os parâmetros conceituais e organizacionais que possibilitarão o levantamento e tratamento de informações quantitativas e qualitativas sobre essas atividades criativas.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1374 Desenvolvimento da Educação Especial **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade

Público-alvo Alunos com necessidades educacionais especiais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Acesso à Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	39,00	12/2010	49,25	97,00	Alta	As matrículas da educação especial acompanham o ritmo e as variações da educação básica. Diante disso, houve pedido de atualização do índice de previsão no SIGPLAN para 40% em 2010 e 55% em 2011, considerando estes índices, o alcance foi alto.
Índice de Atendimento Educacional Especializado (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	20/3/2006	100,00	12/2010	174,80	160,00	Alta	Crescente apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, com vistas à organização e à oferta do atendimento educacional especializado aos alunos público alvo da educação especial matriculados na rede pública, em classes comuns de ensino regular. Ainda amplia-se a disponibilização de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos e demais recursos para a acessibilidade, criando condições para a institucionalização do AEE nas escolas comuns, conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº. 04 de 2009.
Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	59,70	12/2010	113,16	100,00	Alta	As ações do Plano de Desenvolvimento da Educação 3 PDE, voltadas para a acessibilidade, a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, bem como para a formação continuada de professores impulsionaram o desenvolvimento inclusivo das escolas que passaram a contar com mais recursos para garantir as condições de acesso e a qualidade do processo educacional aos alunos público alvo da educação especial, nas escolas comuns da rede pública de ensino.
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	12,80	12/2010	21,90	25,00	Alta	Crescente investimento no que tange à acessibilidade arquitetônica para os próximos anos, considerando a situação precária das escolas da rede pública de ensino para atender as condições básicas de acessibilidade, como a adequação de sanitários e de vias de acesso em todas as dependências da escola. A evolução dos recursos disponibilizados para essa finalidade demonstra que a partir de 2008 ocorre um investimento de maior porte por parte do Governo Federal, entretanto evidencia-se que este ainda é insuficiente para atingir as metas do PPA 2008-2011.
Taxa de Matrícula de Alunos com Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	46,40	12/2010	74,22	68,00	Alta	A disseminação da concepção de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a organização da rede pública de ensino para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos, bem como a distribuição de materiais e recursos de acessibilidade, promovem a matrícula no ensino regular, resultando em índices positivos de desenvolvimento da política de educação especial.
Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	89,00	12/2010	99,30	97,00	Alta	-

Programa 1374 Desenvolvimento da Educação Especial **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade

Público-alvo Alunos com necessidades educacionais especiais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	57,00	12/2010	85,50	72,00	Alta	-
Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	2,10	12/2010	3,85	5,50	Média	Alteração do fluxo de apresentação de demandas, sendo que cada escola poderá apresentá-la por meio do PDE Interativo via PAR, esta medida possibilitará o atendimento da real necessidade de formação de professores na educação especial, visto que as instituições públicas de educação superior integrarão a rede nacional de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica pública, atendendo regionalmente a necessidade apresentada pelo sistema de ensino.

Programa 1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade

Público-alvo

Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico (Índice numérico)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	100,00	12/2010	153,13	224,64	Média	Para atingir a meta proposta foi deflagrada a ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica que trata do PRONATEC, lançado em out/2011.
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico (Índice numérico)	INEP - Censo da Educação Superior	26/3/2006	100,00	12/2010	154,74	224,64	Média	Para atingir a meta proposta foi deflagrada a ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica que trata do PRONATEC, lançado em out/2011.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)				
Objetivo	<i>Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira</i>							
Público-alvo	<i>Usuários do sistema aeroportuário brasileiro</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					Data
<i>Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária (porcentagem)</i>	Estado-Maior da Aeronáutica	31/12/2004	68,25	12/2011	60,00	80,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Objetivo Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais

Público-alvo Servidores da Administração Pública

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Capacitações Realizadas (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	20.379,00	01/2012	34.482,00	21.500,00	Alta	-
Número de Capacitações Realizadas por meio de Destaques Orçamentários (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	2.230,00	01/2012	5.848,00	2.300,00	Alta	-
Número de Downloads Realizados no Site da ENAP (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	101.896,00	01/2012	334.639,00	180.000,00	Alta	-
Número de Horas de Capacitação Realizadas (hora)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	576.047,00	01/2012	1.177.217,00	570.000,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Objetivo *Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infraestrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações*

Público-alvo *Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com base na Lei Complementar nº723/06, de 14 de dezembro de 2006*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Exportações Brasileiras (percentagem)</i>	Sistema ALICE	31/12/2007	7,91	01/2012	5,20	7,91	Baixa	Fortalecer os mecanismos de incentivo à cultura exportadora e à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas, especialmente mediante expansão da dotação orçamentária da Ação 201D do Programa Temático Micro e Pequenas Empresas - PPA 2012-2015; Elaboração e divulgação de uma agenda nacional de capacitações; Operacionalização do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) para financiamento à produção exportável; Adequação de fundo garantidor específico para MPEs; Exim Bank - previsão de criação de linhas específicas para MPEs; Criação do ACC - Adiantamento para Contrato de Câmbio para exportações de serviços; Revisão da legislação sobre consórcios de exportação; Revisão da legislação sobre comerciais exportadoras e Trading Companies; Sensibilização dos estados para desoneração do ICMS no drawback integrado e Fortalecimento dos Fóruns Permanentes Regionais das MPEs.
<i>Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Número de Empregos Formais no País (percentagem)</i>	RAIS / CAGED	31/12/2007	64,23	01/2012	64,50	64,23	Alta	-

Programa 1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo *Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentável, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País*

Público-alvo *Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários (%)	Organização Mundial do Comércio - OMC	31/12/2005	4,10	12/2011	5,20	5,40	Alta	-
Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio (%)	MAPA	31/12/2006	13,40	12/2011	23,70	8,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Objetivo Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional

Público-alvo Segmentos econômicos: importadores e exportadores; potenciais e efetivos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação em Mercados de Destino Relevantes (índice de concentração) (número índice)	SISCOMEX	31/12/2006	18,10	12/2011	16,34	21,00	Média	Embora nos anos anteriores, a tendência fosse de desconcentração das exportações, a crise de 2008-2009 alterou o eixo de crescimento da economia mundial. Os países em desenvolvimento passaram a ter maior dinamismo frente ao desempenho mais modesto das nações desenvolvidas. Esse quadro confirmou a China como grande protagonista do comércio internacional, com 10,7% das exportações mundiais em 2011, provocando reflexos na composição dos mercados das exportações brasileiras. A medida que uma gama de mercados tradicionais (União Europeia, Japão, Estados Unidos) reduziu o ritmo de compras do Brasil, a China praticamente puxava a recuperação das exportações brasileiras, seja pelo aumento no volume de suas compras ou pela elevação dos preços dos principais produtos brasileiros destinados àquele País, potencializando o aumento da receita das exportações do Brasil. Assim, houve uma maior concentração dos mercados das exportações brasileiras, causando redução do Índice de Concentração.
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras. (pessoas capacitadas)	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior MDIC/DECEX	10/5/2010	28,02	12/2011	23,20	27,00	Média	Durante o período de apuração, pode-se observar uma pequena queda das operações atendidas pelo Regime. Antes do ano de apuração do índice de referência, já se percebia um movimento migratório de grandes exportadores, especialmente dos setores aeronáuticos e automotivos, do Regime Especial de Drawback para o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (RECOF). Embora esse fenômeno tenha impactado mais fortemente a participação das exportações brasileiras amparadas pelo Drawback no ano de 2009, ele também influenciou negativamente o resultado apurado no final de 2011, sendo a principal causa para a redução apresentada.
Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações (porcentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	54,30	12/2011	36,05	55,20	Média	Dentre as causas que levaram os produtos de maior valor agregado a experimentarem perda de representatividade na pauta das exportações brasileiras, destacam-se os seguintes: a forte expansão da demanda mundial por commodities agrícolas e minerais e consequente elevação das cotações internacionais; a apreciação da taxa de câmbio, implicando artificial perda de competitividade dos produtos brasileiros, principalmente, os bens manufaturados, que são mais sensíveis ao movimento cambial e não contam com o aumento dos preços como forma de amenizar a queda na receita das exportações; a diminuição no ritmo de crescimento da atividade econômica do principal comprador de bens manufaturados brasileiros, os Estados Unidos.

Programa	0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora	Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)			
Objetivo	<i>Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos; mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional</i>						
Público-alvo	<i>Segmentos econômicos: importadores e exportadores; potenciais e efetivos</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
<i>Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (percentagem)</i>	SISCOMEX	31/12/2006	16,20	12/2011	26,81	10,00	Alta
<p>A diferença, a maior, observada na taxa de crescimento das exportações, se comparado o resultado efetivo de 2011 (+26,81%) e a previsão transcrita no PPA (+10,00%), pode ser atribuída à elevação nas cotações internacionais de commodities agrícolas e minerais, itens de grande relevância na pauta das exportações brasileiras. Essa situação mostra-se mais clara ao se comparar o desempenho em quantum e em preço das vendas externas do Brasil em 2011. No acumulado de 2011, o índice de preço registrou aumento de 23,2% sobre 2010, puxado pelo incremento nas vendas de produtos básicos (31,3%), os quais contemplam grande parcela das commodities exportadas pelo país. Já o índice de quantum expandiu-se apenas 2,9% no ano, abaixo da previsão exibida no PPA, confirmando o fato de que o aumento registrado em 2011 sustentou-se preponderantemente no incremento dos preços.</p>							

Programa 1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil
Público-alvo Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Doutores Titulados no País (/1100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	4,81	04/2012	6,25	6,28	Alta	-
Índice de Mestres Titulados no País (/1100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	16,46	04/2012	21,75	20,44	Alta	-

Programa 0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários

Público-alvo Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (unidade)	CVM	31/12/2002	2.604.935,00	12/2011	3.779.809,00	-	Alta	-
Taxa de Emissões Primárias da Economia (porcentagem)	CVM e IBGE	31/12/2002	9,70	12/2011	14,33	-	Alta	-
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) (porcentagem)	Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE	31/12/2002	34,00	12/2011	55,00	-	Alta	-

Programa	0393 Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual		Órgão Responsável		Observações	
			28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)			
Objetivo	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social					
Público-alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice			
<i>Prazo de Análise de Contratos e Futuras de Tecnologia (mês)</i>	INPI	31/12/2006	1,00	1,01	1,00	Alta
<i>Prazo de Concessão de Patentes (ano)</i>	INPI	31/12/2006	10,00	5,40	3,50	Baixa
<i>Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial (mês)</i>	INPI	31/12/2006	1,00	1,34	1,00	Média
<i>Prazo de Concessão de Registro de Marcas (ano)</i>	INPI	31/12/2006	2,40	4,25	0,80	Muito Baixa
<i>Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) (unidade)</i>	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	2.860,00	2.939,00	3.807,00	Média
<i>Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)</i>	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	3.742,00	4.476,00	4.981,00	Alta

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)			
Objetivo	<i>Assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional</i>						
Público-alvo	<i>Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
<i>Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (%)</i>	Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.	30/9/2006	99,96	12/2011	99,90	99,70	Alta
							O resultado obtido para o indicador em novembro/2011 (última observação apurada no exercício em decorrência da defasagem de tempo para apuração do indicador em virtude da remessa das informações pela Instituições Financeiras) deve-se ao desenquadramento de algumas instituições financeiras de pequeno porte às exigências de capitalização. Pode-se afirmar, porém, que o Programa cumpriu com sua finalidade, uma vez que essas instituições não apresentaram risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN.

Programa 0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral

Público-alvo Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição (percentagem)	SUSEP	31/3/2003	1,85	03/2012	94,87	-	Alta	-
Taxa de Participação da População Nacional nas Receitas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (R\$ per capita)	SUSEP	31/3/2003	0,55	03/2012	659,56	-	Alta	-
Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)	SUSEP	30/3/2003	0,42	03/2012	14,34	-	Alta	-

Programa 1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo *Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública*

Público-alvo *Departamento de Polícia Rodoviária Federal*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais (%)</i>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	56,12	03/2012	63,13	80,00	Baixa	Tendo em vista o término do PPA 2008-2011, para que a finalidade do programa seja atingida é necessário que seja dada continuidade nas seguintes ações: 1- No que tange a adequação física das unidades operacionais, deverá haver investimento em capacitação técnica do quadro de pessoal; Manter o planejamento de manutenção predial permanente e continuar com a política de reformas adotada, adequando o recurso orçamentário com a demanda. 2- Na área de TIC, manter o planejamento realizado em 2011 de aprimorar a governança de TIC com o fortalecimento do CETIC e a elaboração do segundo PDTI da instituição. As principais licitações estruturantes da área foram realizadas em 2011, quais sejam: Contratação de empresas de desenvolvimento de sistemas e apoio de TI, renovação do parque de computadores, aquisição de servidores de alta performance além do projeto de modernização do sistema de rádio comunicação. 3- No que se refere a aquisição de viaturas, deve-se priorizar a renovação constante da frota.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Aumentar a sustentabilidade das atividades econômicas do Semi-Árido brasileiro, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais

Público-alvo Municípios do semi-árido

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido (%)	Ministério da Saúde/SIS/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS	31/12/2001	14,50	-	-	-	-	-
Taxa de População no Semi-Árido Atendida com Rede Geral de Abastecimento de Água (%)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001-2002) e IBGE/Censos Demográficos (1991 e 2000).	31/12/2002	62,00	-	-	-	-	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional

Público-alvo População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Crescimento do emprego (RAIS) (percentual)</i>	Relação Anual de Informações Sociais-RAIS - Ministério do Trabalho	-	-	-	-	2,50	Muito Baixa	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculados a outras iniciativas
<i>Crescimento do número de técnicos (nível médio e superior) com qualificação profissional segundo demandas especializadas regionais (%)</i>	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e IBGE.	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculadas a outras iniciativas
<i>Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo (unidade)</i>	Unidades de Incentivos Fiscais das Superintendências	-	-	-	-	650,00	Muito Baixa	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculados a outras iniciativas
<i>Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento (unidade)</i>	FDNE, FDA, Bancos do Nordeste e da Amazônia	-	-	-	-	35,00	Muito Baixa	Implementar o FDCO
<i>Investimentos em Inovação tecnológica (%)</i>	IBGE, Ministério da Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculadas a outras iniciativas
<i>Quantidade de novos segmentos, ramos ou setores anualmente criados pelos projetos estruturantes localizados na Região (%)</i>	Entidades de planejamento dos Estados	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculadas a outras iniciativas
<i>Varição anual da renda percapita sub-regional e regional (%)</i>	IBGE	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculados a outras iniciativas

Programa 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura **Órgão Responsável** 56000 Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Objetivo Desenvolver a aquicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego

Público-alvo Aquicultores, comunidades e populações tradicionais, pescadores e agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Originada da Aquicultura (tonelada/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	157.780,00	02/2012	613.000,00	570.000,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca

Órgão Responsável

56000 Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Objetivo Promover o fortalecimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, considerando sua diversidade, de forma a contribuir para a inclusão social, garantir a ocupação das águas jurisdicionais brasileiras e ampliar a pesca nas águas internacionais

Público-alvo Associações e cooperativas de pesca, pescadores industriais, artesanais e armadores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo Per Capta de Produtos Pesqueiros (Kg/hab/ano)	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1/1/2007	7,00	12/2011	9,75	9,00	Alta	O consumo de Pescado no país em 2010 foi de 9,75 Kg/hab./ano, com crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Desse total, 66% do pescado consumido é produzido no Brasil.(Boletim Estatístico MPA 2010).
Produção Oriunda da Pesca (tonelada/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	751.293,00	12/2011	785.366,30	870.000,00	Baixa	Os dados referem-se à pesca extrativa marinha e continental. A produção total da pesca extrativa no Brasil foi de 785.366 t em 2010, caracterizando um decréscimo de 0,7% em relação a 2008 e 4,8% em relação a 2009. A pesca marinha foi responsável por 68,3 % da produção total nacional oriunda da pesca extrativa em 2010 (536.455 t), o que representou uma redução de 8,4% em relação a 2009 (585.671 t). Para a pesca continental, o cenário foi oposto, uma vez que se registrou um aumento de 4% na produção entre 2009 e 2010, com 239.493 t e 248.911 t respectivamente. Como consequência, a contribuição da pesca continental para o total da pesca extrativa aumentou de 29% em 2009 para aproximadamente 31,7% em 2010 – Boletim Estatístico MPA 2010.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental

Público-alvo Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil (R\$/ha)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e IBGE	31/12/2002	650,00	01/2012	1.765,98	1.300,00	Alta	-
Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil (porcentagem)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, IBGE e IBAMA	31/12/2002	40,00	01/2012	37,05	0,00	Média	A metodologia de apuração deste indicador ambiental foi objeto de aperfeiçoamento continuado em todo o ciclo do PPA 2008-2011. Isso reduziu na necessidade de ajuste das informações diante de um esforço de compatibilização com a legislação ambiental em cada Bioma. Utilizando-se o Sistema de Gestão da Extensão Rural da CEPLAC - SisCENEX, com nova base de dados, conceberse-a um indicador de conservação ambiental, ao invés do atual índice de degradação, para o monitoramento da estratégia institucional desenhada para o período de 2012 a 2022.
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil (porcentagem)	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE	31/12/2002	30,00	01/2012	27,82	0,00	Baixa	A metodologia de apuração deste indicador social sofreu necessidade de ajuste em razão da inexistência de cálculo da PEA nos municípios de interior. A compatibilização se deu com a apuração por município atendido em cada Estado, consolidando-se por meio da média ponderada. Para o monitoramento da estratégia institucional, delimitada para o período de 2012 a 2022, adotou-se a nova base de dados específica utilizando-se o Sistema de Gestão da Extensão Rural da CEPLAC - SisCENEX, assim como conceberse-a um indicador que aferirá o índice de ocupação por unidade de área explorada pela agropecuária regional usando uma fórmula que seja unidade de trabalho por hectare cultivado.

Programa 0137 Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária

Público-alvo Famílias assentadas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)	Sistema de Informação do INCRA	31/12/2006	8,25	12/2011	0,00	8,64	Muito Baixa	Para a consolidação de projetos de assentamento é necessário acelerar e concluir as obras e serviços básicos nos projetos de assentamento a serem consolidados tais como: estradas, abastecimento de água e energia, com efetivação de parcerias com governos estaduais e municipais, bem como medir e demarcar e georreferenciar as áreas dos projetos. Além disso, é necessário rever os normativos relativos à titulação das famílias e consolidação, objetivando o aprimoramento do processo.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia

Público-alvo Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados para reforma agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (%)	SDT-MDA	31/12/2006	9,11	01/2012	30,66	60,00	Média	Conforme descrito na justificativa a seguir, os indicadores estabelecidos para o Programa não puderam ser alcançados, principalmente em função da não incorporação de novos territórios ao processo, conforme previsto inicialmente quando da elaboração do PPA 2007-2011. Não cabem medidas corretivas; esses indicadores não foram mantidos para o PPA 2012-2015
Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais (%)	SDT-MDA/CEF	31/12/2006	25,77	01/2012	32,66	62,22	Média	Da mesma forma que para os demais indicadores, não cabem medidas corretivas: esses indicadores não foram mantidos para o PPA 2012-2015. Conforme descrito na justificativa a seguir, os indicadores estabelecidos para o Programa não puderam ser alcançados, principalmente em função da não incorporação de novos territórios ao processo, conforme previsto inicialmente quando da elaboração do PPA 2007-2011.
Taxa de Consolidação de Colegiados Rurais (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2006	21,33	01/2012	35,56	53,00	Média	Da mesma forma que para os demais indicadores, não cabem medidas corretivas: esses indicadores não foram mantidos para o PPA 2012-2015. Conforme descrito na justificativa a seguir, os indicadores estabelecidos para o Programa não puderam ser alcançados, principalmente em função da não incorporação de novos territórios ao processo, conforme previsto inicialmente quando da elaboração do PPA 2007-2011.

Programa	1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Objetivo	Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
						Data	Índice	Data	Índice			
						30/7/2007	1.000,00	12/2011	1.830,00	1.750,00	Alta	-
						31/12/2002	0,60	12/2011	0,00	2,60	Alta	-
						31/12/2006	0,51	12/2011	0,62	0,60	Alta	-
						28/2/2003	0,08	12/2011	0,24	0,21	Alta	-
						30/6/2003	2,10	12/2011	40,00	32,50	Alta	-

Programa 0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético

Público-alvo Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)	MME	31/12/2003	10,00	12/2011	0,00	-	Alta	-

Programa	0682 Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior	Órgão Responsável	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)				
Objetivo	<i>Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país</i>							
Público-alvo	<i>Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (pessoa)	Departamento Cultural/MRE	21/08/2003	20.000,00	01/2012	41.500,00	30.000,00	Alta	-
Número de Bolsas Concedidas a Alunos Estrangeiros (unidade)	Departamento cultural/ MRE	31/12/2006	1.169,00	01/2012	2.477,00	2.500,00	Alta	-
Número de Eventos Apoiados (unidade)	Departamento Cultural/ MRE	31/12/2006	618,00	01/2012	793,00	880,00	Alta	-

Programa	Objetivo	Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Data	Índice	Data	Índice			
0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Biocombustíveis	Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis	Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis									
			Qualidade dos produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível (%)	Petrobras Distribuidora	31/12/2003	86,00	12/2011	96,60	98,00	Alta	-
			Taxa de frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA (taxa)	Petrobras Distribuidora S.A.	31/12/2003	1,12	12/2011	0,43	0,48	Alta	-
			Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível (percentagem)	Agência Nacional de Petróleo	31/12/2003	31,50	12/2011	39,20	38,60	Alta	-
			Taxa de participação da Líquigás Distribuidora no mercado de GLP (%)	Líquigás Distribuidora.	31/12/2004	21,60	12/2011	22,80	23,20	Alta	A meta deste indicador foi revisada na ocasião da etapa qualitativa do PLOA 2011, sendo alterada para 22,8%, em alinhamento ao último Plano de Negócios aprovado. A meta de 23,2% foi revista para 22,8%, em função das perspectivas do ano de 2010, que já apontavam para uma realização de share inferior ao estimado, em função de várias circunstâncias, como: concorrência de mercado, entrada do gás natural, menor consumo na indústria, entre outros. Desta forma, o último PN aprovado (2011-2015) já contemplou este ajuste no share.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
				Data	Índice			
Objetivo	<i>Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República</i>							
Público-alvo	<i>Sociedade</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
<i>Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça (unidade)</i>	Imprensa Nacional Coordenação-Geral de Editoração e Publicação	-	-	12/2011	0,01	-	Alta	-
<i>Quantidade de Acessos ao Site da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça (unidade)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2011	488.323.600,00	-	Baixa	-
<i>Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça (percentual)</i>	Imprensa Nacional	31/12/2005	14,40	12/2011	1.575,00	-	Média	-
<i>Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial (percentagem)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2011	0,01	-	Média	-

Programa 1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo
Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas a inundação periódica ou erosão marítima

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com serviço de drenagem urbana superficial no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	78,50	-	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.
Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	67,00	-	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.
Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil (percentagem)	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB	7/1/2000	20,70	-	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1133 Economia Solidária em Desenvolvimento

Órgão Responsável

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário

Público-alvo Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogerenciadas, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Trabalhadores Inscritos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (unidade)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	1.250.000,00	12/2011	2.347.012,00	2.100.000,00	Alta	-
Porcentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo (percentual)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	76,00	12/2011	47,00	50,00	Alta	-
Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB (percentagem)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE	31/12/2005	0,59	12/2010	0,33	1,00	Baixa	O faturamento médio anual dos EES, segundo os dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foi de R\$ 406.281,66, totalizando 12,5 bilhões ano. Utilizado o PIB 2010 de 3,7 trilhões, o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,33%. Vale ressaltar que 7.740 EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o valor apurado. Além disso, em 2007 houve uma alteração na metodologia para o cálculo do PIB, contribuindo para prejudicar o resultado inicialmente previsto. Para melhorar o desempenho econômico dos empreendimentos econômicos solidários, faz-se necessário avançar na institucionalização de políticas públicas que garantam o acesso a conhecimentos (qualificação, assistência técnica e tecnologias sociais), de acesso a infraestrutura e crédito para melhoria dos processos produtivos e de acesso aos mercados, incluindo as compras governamentais.

Programa	0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)			
Objetivo	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis						
Público-alvo	Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, professores, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Instituições Trabalhando em Parceria com as Ações do Programa (unidade)	Relatório de Gestão do quadriênio 2003-2006 do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	31/12/2007	100,00	12/2011 486,00	400,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1350 Educação do Campo (PRONERA) **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária

Público-alvo Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matrícula no Ensino Fundamental (%)	PNERA/INEP/MEC	31/12/2004	49,00	12/2011	55,72	56,48	Alta	Necessidade de ampliação da dotação orçamentária para que possamos atingir o maior número de alunos em sala de aula. Capacitação das equipes técnicas para operacionalização dos diversos instrumentos de parcerias.
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados (%)	PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária /INEP/MEC	31/12/2004	11,00	12/2011	15,58	10,40	Baixa	É necessária a ampliação da dotação orçamentária do Pronera para que se possa aumentar o número de parcerias com as Instituições de Ensino Públicas e Privadas sem fins lucrativos para realização de mais parcerias visando alargar o número de alunos atendidos. Ampliação do quadro de pessoal dos INCRA e também ampliação de qualificação técnica profissional para os servidores.

Programa 1402 Educação em Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos
Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Nícleos de Pesquisas em Direitos Humanos em Universidades (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	31/12/2006	5,00	05/2012	2,00	10,00	Alta	-
Número de Pessoas Capacitadas em Temáticas de Direitos Humanos (unidade)	SEDH/PR	31/12/2006	18.000,00	05/2012	42.618,00	50.000,00	Alta	-
Quantidade de Municípios com Comitês de Educação em Direitos Humanos (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2005	25,00	-	-	30,00	Média	-
Taxa de Estados com Comitês de Educação em Direitos Humanos (%)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2007	14,00	-	-	21,00	Alta	Nesta ação em 2011 não foram implantados comitês pois foi necessário transferir recursos para a ação de capacitação em decorrência de cortes orçamentários.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 8010 Educação Fiscal **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos

Público-alvo Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Abrangência Municipal (percentagem)	ESAF	30/4/2003	30,00	-	-	80,00	-	-
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública (percentagem)	ESAF	30/4/2003	7,00	-	-	25,00	-	-
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública (percentagem)	ESAF	30/4/2003	6,53	-	-	30,00	-	-
Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal (percentagem)	Esaf	12/12/2004	5,57	-	-	25,00	-	-

Programa 1377 Educação para a Diversidade e Cidadania **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Reduzir as desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar
Público-alvo Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Igualdade da Educação do Campo (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,65	12/2011	0,56	0,77	Baixa	Em 2012 o MEC implementará o Programa Nacional de Educação do Campo-PRONACAMPO, com um conjunto de ações que assegurem o acesso e a qualidade de ensino às populações do campo.
Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice numérico)	Censo Escolar - INEP/MEC	1/12/2006	0,53	05/2011	0,51	0,51	Alta	Implementação de um programa de educação escolar indígena que atenda as especificidades da infraestrutura das escolas, material didático, formação de professores e qualidade da educação indígena em todas as etapas e modalidades.
Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,78	12/2011	0,87	0,90	Alta	-
Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,84	12/2011	0,84	0,93	Baixa	Implantação de ações afirmativas que permitam o acesso e permanência de jovens e adultos negros no ensino médio e educação superior.
Índice de Igualdade de Gênero (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,97	04/2012	1,00	1,00	Alta	-

Programa 1079 Educação Previdenciária

Órgão Responsável

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo

Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país

Público-alvo

População brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Indicador de Cobertura Social (porcentagem)	PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2005	63,40	12/2010	67,00	65,33	Alta	-

Programa		1046 Eficiência Energética		32000		Ministério de Minas e Energia (MIME)		Órgão Responsável	
Objetivo		Reduzir o desperdício e o uso ineficiente de energia							
Público-alvo		Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Energia Elétrica Economizada (gwh)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do PROCEL	31/12/2003	1.270,00	12/2011	6.696,00	3.550,00	Alta	-	
Quantidade de Petróleo Conservada (m³)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do CONPET	30/11/2006	280.000,00	-	-	550.000,00	Alta	-	

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 1044 Energia Alternativa Renovável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Órgão Responsável

Objetivo Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais

Público-alvo Concessionárias, permissionárias, agentes produtores e consumidores de energia elétrica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	Ministério de Minas e Energia - MME	1/1/2004	3,00	12/2011	12,16	-	Alta	-
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (percentagem)	MME	31/12/2007	-	-	-	1,10	Alta	-

Programa 0294 Energia na Região Nordeste **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Nordeste

Público-alvo Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	89,00	12/2011	137,40	350,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	220,00	12/2011	95,00	775,00	Alta	-

Programa 0297 Energia na Região Norte

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Órgão Responsável

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional

Público-alvo Consumidores de energia elétrica da Região Norte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2011	543,60	1.204,00	Média	As medidas corretivas necessárias foram definidas nas reuniões do SGPAC.
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	278,00	12/2011	95,00	-	Baixa	As medidas corretivas necessárias foram definidas nas reuniões do SGPAC.

Programa 0295 Energia na Região Sul **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul

Público-alvo Consumidores de energia elétrica da Região Sul

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.835,00	12/2011	1.162,40	409,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2011	261,00	151,00	Alta	-

Programa 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Público-alvo Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	470,00	12/2011	1.837,00	280,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	200,00	12/2011	2.281,00	606,00	Alta	-

Programa 1042 Energia nos Sistemas Isolados

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Órgão Responsável

Objetivo Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados

Público-alvo Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2011	0,00	240,00	Muito Baixa	Concluir a instalação da geração térmica adicional prevista para o interior dos estados em 2012.
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2011	0,00	-	Alta	-
Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federizadas nos Sistemas Isolados (%)	ELETROBRÁS	28/5/2007	29,89	12/2011	22,15	21,46	Média	Continuar a implementação pela Eletrobras do Programa de Modernização do Sistema de Comercialização e Redução de Perdas.

Programa 0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos

Público-alvo Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados (%)	Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	31/12/2006	0,00	02/2012	54,00	35,00	Alta	-

Programa	1142 Engenho das Artes	42000	Ministério da Cultura (MinC)	Órgão Responsável				
Objetivo	<i>Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais</i>							
Público-alvo	<i>Sociedade</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Espetáculos Apoiados por Região (unidade)</i>	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	185,00	12/2011	221,00	-	Alta	-
<i>Número Médio de Espectadores por Número Total de Espectáculos Culturais Promovidos pela União (porcentagem)</i>	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	1.473,00	12/2011	3.235,00	-	Alta	-

Programa 0640 Ensino Profissional da Aeronáutica 52000 Ministério da Defesa (MD) **Órgão Responsável**

Objetivo Formar e educar continuamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica

Público-alvo Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0633 Ensino Profissional da Marinha	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	-------------------------------------	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil*

Público-alvo *Marinha do Brasil*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0685 Ensino Profissional Diplomático	Órgão Responsável		35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)			
Objetivo	Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro						
Público-alvo	Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes interessados na concessão de bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia e diplomatas						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Aprovação dos Bolsistas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CACD (%)	Instituto Rio Branco - IRBR	7/1/2007	5,64	01/2012	4,45	Alta	-
Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão (porcentagem)	Instituto Rio Branco/ MRE	14/5/2007	100,00	01/2012	98,14	Alta	-

Programa	0638 Ensino Profissional do Exército	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	--------------------------------------	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro*

Público-alvo *Exército Brasileiro*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0107 Erradicação do Trabalho Escravo 36000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Órgão Responsável

Objetivo Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo

Público-alvo Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Trabalhadores Libertados (unidade)	SIT/MTE	9/8/2006	1.741,00	12/2011	2.271,00	2.800,00	Média	O objetivo da DETRAE não se pauta em números de "trabalhadores resgatados", mas sim, em maior número de estabelecimentos fiscalizados, para os quais havia indícios de trabalho em condições análogas à de escravo. Com efeito, em decorrência de denúncias (CPT, MPT, PF ou SRTE/MTE) as operações são planejadas; contudo, caso não se encontre "trabalho escravo", com resgate de trabalhadores, a DETRAE também alcançou o seu objetivo, uma vez que abordou efetivamente estabelecimento denunciado. De qualquer forma, o número de 2.271 trabalhadores resgatados não pode ser desprezado, ainda que abaixo da previsão, pois ainda acusa que trabalho em condições análogas à escravo é uma realidade ainda não erradicada no território brasileiro. Para o ano de 2012, estamos planejando as operações para regiões ainda não abordadas; com base em parceria com as regionais e fruto de uma melhor triagem de denúncias; combinando o binômio maior quantidade de estabelecimentos: X trabalhadores a serem resgatados.

Programa	0068 Erradicação do Trabalho Infantil	Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Objetivo	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos		
Público-alvo	Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias		
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2011
Taxa de Trabalho Infantil (percentagem)	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Data	Data
		Índice	Índice
		24/9/2005	-
		7,20	-
			Alcance do Índice Previsto
			Média
			Observações
			Está sendo reforçado as ações de ampliação da identificação do trabalho infantil, com o cadastramento dessas crianças e adolescentes e preenchimento dos campos específicos de trabalho infantil no Cadastro Único, relativo à situação trabalho infantil.

Programa 1250 Esporte e Lazer da Cidade **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

Objetivo Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo a inclusão social

Público-alvo Famílias com renda de até 2 salários mínimos per capita e sem rendimento

o desenvolvimento humano e a

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	1/12/2006	2,00	12/2011	3,44	10,00	Baixa	O índice alcançado não reflete corretamente os resultados do Programa, uma vez que esse indicador contempla somente duas das doze ações inscritas no Programa. De todo modo, é preciso aprimorar a relação federativa para ampliar a efetividade dessas políticas.

Programa	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	26000	Ministério da Educação (MEC)
-----------------	---	-------	------------------------------

Órgão Responsável

Objetivo *Produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.*

Público-alvo *Governo e Comunidade Acadêmica*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval
39000 Ministério dos Transportes (MT) **Órgão Responsável**

Objetivo Renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior

Público-alvo Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-
Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-
Idade Média da Frota - Navegação Interior (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte (porcentagem)	FMM	-	-	-	-	-	-	-

Programa	0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)			
Objetivo	Formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação						
Público-alvo	Pesquisadores; estudantes de nível médio e superior; instituições de ensino e pesquisa; centros de pesquisa; e recursos humanos inseridos em atividades técnico-científicas nos setores público e privado						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	70,70	70,50	Alta	-
Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	63,40	65,00	Média	O incremento da formação de doutores não é algo a ser observado de forma imediata, uma vez que a formação de um doutor ocorre em um ciclo médio de quatro anos. E ainda, a apuração do índice é bienal. Além disso o CNPq tem atuado no sentido de dar maior visibilidade e acessibilidade ao Diretório dos Grupos de Pesquisa a fim de que os novos doutores, incorporados às ICTs, sejam incorporados ao Diretório. O que acredita-se, irá impactar positivamente esse índice.
Taxa de Egressos do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Titularam na Pós-Graduação (percentagem)	CNPq	31/12/2007	33,00	34,01	33,00	Alta	-
Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	47,00	49,82	47,00	Alta	-

Programa	1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	Órgão	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	---	--------------	-------	---

Objetivo

Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos

Público-alvo

Administração Pública

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)
-----------------	--	--------------------------	----------------------------------

Objetivo *Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão*

Público-alvo *Municípios*

Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1136 Fortalecimento da Gestão Urbana **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades

Objetivo Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional

Público-alvo Prefeituras municipais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de pessoas capacitadas em planejamento e gestão urbanos (-)	PNCC (Programa Nacional de Capacitação das Cidades) - MCI) cidades	31/12/2008	10.000,00	12/2011	38.306,00	40.000,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (percentagem)	IBGE	1/1/2001	81,50	05/2010	97,38	0,00	Alta	O Ministério não desenvolve ações de apoio a implementação de cadastro imobiliário, sendo que até o momento as ações se voltaram na construção de legislação federal para estabelecer orientação quanto ao uso do instrumento
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados (percentagem)	IBGE	31/12/2006	55,00	05/2010	87,16	100,00	Média	Os dados relativos à pesquisa realizada em 2011 ainda não foram publicados, de modo que não foi possível informar o índice atualizado do ano de 2011
Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)	Ministério das Cidades	31/12/2009	5,00	12/2010	13,00	15,00	Alta	-

Programa 0154 Garantia e Acesso a Direitos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo *Atuar na construção de mecanismos institucionais de intervenção com vistas a garantir os direitos de cidadania*

Público-alvo *Sociedade brasileira*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos (porcentagem)	Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH	12/1/2001	18,00	05/2012	20,00	20,00	Alta	Em processo de mobilização e implantação

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1115 Geologia do Brasil **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo *Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral*

Público-alvo *Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 (porcentagem)</i>	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	20,00	12/2011	54,60	0,00	Média	A área recoberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 em 2011 (cerca de 36.000 km ²) correspondeu à média histórica desde 2003. As medidas necessárias para incrementar a produção de mapas geológicos acima dessa média dependem do recrutamento de especialistas em mapeamento geológico, havendo tratativas da CPRM em andamento para a realização de concurso público até setembro de 2012.
<i>Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 (%)</i>	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	5,00	12/2011	17,40	0,00	Média	A área recoberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 em 2011 (cerca de 84.000 km ²) correspondeu à média histórica desde 2003. As medidas necessárias para incrementar a produção de mapas geológicos acima dessa média dependem do recrutamento de especialistas em mapeamento geológico, havendo tratativas da CPRM em andamento para a realização de concurso público até setembro de 2012.

Programa 0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária

Público-alvo Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registráveis de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Destinação de Terra Pública (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	62,00	12/2012	57,32	68,50	Média	-
Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	65,00	12/2012	71,00	68,50	Alta	-

Programa	0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
-----------------	--	-------	--

Objetivo

Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse

Público-alvo

Governo e sociedade brasileiros

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa 0360 Gestão da Política Agropecuária **Órgão** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Responsável (MAPA)

Objetivo Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro

Público-alvo Governo Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE	31/12/2006	20,00	01/2012	100,00	100,00	Alta	-
Índice de Capacitação em Competências (hora)	CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / MAPA	31/12/2005	7,00	12/2011	45,00	70,00	Média	-
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Pesquisa interna / MAPA	31/12/2005	20,00	12/2011	0,00	90,00	Muito Baixa	-
Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho (%)	CMI / CGPLAN / SPOA / SE - MAPA	1/1/2007	5,00	02/2012	52,00	45,00	Alta	-

Programa	1344 Gestão da Política Aquícola e Pesca	56000	Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
-----------------	--	-------	---

Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas da aquicultura e pesca</i>	Órgão Responsável
-----------------	---	--------------------------

Público-alvo *Governo Federal*

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF) **Responsável**

Objetivo *Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do ente público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

Público-alvo Governo Federal
Este programa não apresenta indicador.

Programa	0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
-----------------	---	-------	--

Órgão Responsável

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	---	--------------------------	---

Objetivo *Informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado*

Público-alvo *Sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	8006 Gestão da Política de Comunicações	41000	Ministério das Comunicações (MC)	Órgão Responsável
-----------------	---	-------	----------------------------------	--------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0173 Gestão da Política de Cultura	42000	Ministério da Cultura (MinC)
-----------------	------------------------------------	-------	------------------------------

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura

Público-alvo

Governo

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa	0625 Gestão da Política de Defesa Nacional	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	--	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
-----------------	--	-------	---

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa	1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
-----------------	--	-------	---

Órgão Responsável

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Público-alvo *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	56000	Ministério das Cidades (MCI) cidades)
-----------------	---	-------	---------------------------------------

Órgão Responsável

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0155 Gestão da Política de Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Direitos Humanos

Público-alvo Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos ao Portal do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (-)	Secretaria Especial de Direitos Humanos	-	-	01/2012	10.028,00	-	Alta	-

Programa	1067 Gestão da Política de Educação	26000	Ministério da Educação (MEC)
-----------------	-------------------------------------	-------	------------------------------

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação

Público-alvo

Governo

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0276 Gestão da Política de Energia **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia

Público-alvo Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	15.400,00	12/2011	24.375,00	20.285,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	570,00	12/2011	8.875,00	2.464,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	208,00	12/2011	1.425,00	320,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	82.216,00	12/2011	82.458,00	89.325,00	Baixa	Promover ações de mitigação dos impactos socioambientais negativos devidos à implantação de projetos hidroelétricos.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as Fontes (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	98.394,00	12/2011	117.135,00	112.394,00	Alta	-
Consumo de Energia Elétrica no País (gwh)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	380.794,00	12/2011	501.422,00	470.009,00	Alta	-
Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	89.130,00	01/2012	104.005,00	99.503,00	Alta	-

Programa	1069 Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
-----------------	--	-------	-------------------------------------

Órgão Responsável

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0757 Gestão da Política de Integração Nacional	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
-----------------	--	-------	--

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Órgão Responsável

Programa	0511 Gestão da Política de Meio Ambiente	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Órgão Responsável
-----------------	--	-------	-----------------------------------	--------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0087 Gestão da Política de Previdência Social	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)
-----------------	---	-------	--

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa	0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)
-----------------	--	--------------------------	----------------------------------

Objetivo *Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo*

Público-alvo *Agentes econômicos e cidadãos*

Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0016 Gestão da Política de Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde

Público-alvo Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	44,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde (%)	MS/DAD/MS	30/6/2007	5,00	12/2011	80,20	100,00	Alta	-
Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	12,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde (%)	MS/SPO/CGPL	31/12/2006	80,00	12/2011	80,00	100,00	Alta	-
Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde (%)	MS/SE/SPO/CGPL	31/12/2006	49,00	12/2012	68,30	100,00	Média	A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) deverá aprimorar e intensificar o controle dos registros de aprovação de Planos Municipais de Saúde pelos Conselhos Municipais de Saúde dos municípios brasileiros.

Programa 0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) **Órgão Responsável**

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1001 Gestão da Política de Turismo	54000	Ministério do Turismo (MTur)	Órgão Responsável
-----------------	------------------------------------	-------	------------------------------	--------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do turismo*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0225 Gestão da Política dos Transportes	39000	Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	---	-------	---------------------------------

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes

Público-alvo

Governo

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa	1266 Gestão da Política Econômica	25000	Ministério da Fazenda (MF)
-----------------	-----------------------------------	-------	----------------------------

Objetivo *Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais*

Público-alvo *Governo e sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

Órgão Responsável

Programa	0683 Gestão da Política Externa	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
-----------------	---------------------------------	-------	--

Órgão Responsável

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	---	-------	---

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública

Público-alvo

Governo

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa	0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Órgão Responsável
-----------------	---	-------	-----------------------------------	--------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos*

Público-alvo *Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	---	--------------------------	---

Objetivo

Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas

Público-alvo

Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1470 Gestão da Política Portuária	20128	Secretaria Especial de Portos (SEP)
-----------------	-----------------------------------	-------	-------------------------------------

**Órgão
Responsável**

Objetivo *Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às suas docas*

Público-alvo *Governo Federal*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1068 Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas **Órgão Responsável** 20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Objetivo Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero

Público-alvo Órgãos governamentais e entidades não-governamentais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero (unidade)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	-	-	-	-	-	Média	-

Programa	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	51000	Ministério do Esporte (ME)	Órgão Responsável
-----------------	---	-------	----------------------------	--------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	Órgão Responsável	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
-----------------	---	--------------------------	---

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal

Público-alvo Governo Federal e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (percentagem)	IBGE	31/12/2003	9,30	12/2011	6,50	-	Alta	Apesar da variação do IPCA ter aumentado de 5,91% em 2010, para 6,50% em 2011, a taxa de inflação manteve-se dentro do intervalo de tolerância fixado pelo Conselho Monetário Nacional (+/- 2 pp da meta de 4,5%), e configurando o oitavo ano consecutivo de cumprimento da meta. O aumento registrado na inflação em 2011 refletiu, em parte, a concentração atípica de reajustes de preços administrados, ocorrida no primeiro trimestre do ano, e a inércia ainda resultante de choques de oferta domésticos e externos observados no último trimestre de 2010. Nesse contexto, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou trajetória crescente até setembro, quando então inverteu a trajetória.

Programa	1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	--	--------------------------	---

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da Presidência da República*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	--	--------------------------	---

Objetivo *Garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos*

Público-alvo *Servidores públicos federais*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Objetivo Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável

Público-alvo Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, norzenteiras e quilombolas)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (%)		31/12/2006	100,00	01/2012	269,55	146,29	Alta	-

Programa	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	---	--------------------------	---

Objetivo *Cerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público*

Público-alvo *Governo Federal, demais esferas de Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0570 Gestão do Processo Eleitoral	14000	Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral)	14000	Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral)	Órgão Responsável		
						Índice	Observações	
Objetivo	Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional							
Público-alvo	Eleitores, partidos políticos e sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Prazo Médio de Apuração Eleitoral (hora)	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	4,00	12/2011	7,68	2,76	Alta	-
Prazo Médio de Votação Por Eleitor (segundo)	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	40,00	12/2011	14,70	17,60	Alta	-

Programa	0698 Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça	30000	Ministério da Justiça (MJ)	Órgão Responsável
-----------------	--	-------	----------------------------	--------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	8002 Governo Eletrônico	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	-------------------------	-------	---

Objetivo *Coordenar, normalizar e racionalizar recursos de informação e informática, assegurando aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal um suporte adequado na área de tecnologia da informação e comunicação*

Público-alvo *Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional*

Este programa não apresenta indicador.

Órgão Responsável

Programa 9991 Habitação de Interesse Social **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)

Objetivo Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural

Público-alvo Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Deficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.136.137,00	-	-	4.886.666,00	Alta	-
Deficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.610.299,00	-	-	5.211.361,00	Alta	-

Programa 1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural

Órgão Responsável

42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo

Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos étnicos, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares

Público-alvo Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Evolução da Demanda (-)</i>	SID/MINC	14/5/2009	0,00	03/2012	0,00	20,00	Muito Baixa	O índice previsto era de um aumento de 20% e o alcançado foi uma redução de 68%. Como não é possível inserir sinal de menos no campo do formulário SIGPLAN, inserimos 0,00. Com a mudança de PPA, o Programa Brasil Plural deixa de existir. A evolução da demanda será acompanhada mas agora incluindo uma fórmula de cálculo que considere a junção dos escopos dos programas Brasil Plural e Cultura Viva, em curso no Ministério da Cultura.
<i>Índice de Demanda Contemplada (-)</i>	SID/MINC	14/5/2009	23,00	03/2012	12,70	30,00	Baixa	-
<i>Índice de Público Diretamente Beneficiado (PubDirBen) (Proporção)</i>	SID/MINC	-	0,00	-	-	0,00	Alta	Mostrou-se inviável a apuração do índice no exercício. Medida: A) Se o SNIIC for implantado; preparação do sistema para apuração do índice; B) Se o SNIIC não for implantado, busca de alternativa tecnológica para apuração do índice;
<i>Número de Projetos de Diversidade Cultural Apoiados (unidade)</i>	MINC/SID	1/12/2006	144,00	03/2012	544,00	400,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1446 Implementação da Política de Promoção da Saúde

36000 Ministério da Saúde (MS)

Órgão Responsável

Objetivo

Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença-condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais

Público-alvo

População brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Municípios com Programas de Intervenção de Promoção de Atividade Física e de Lazer Implantados (%)	Relatórios de Monitoramento do Pacto de Gestão pela Saúde - SINPACTO	31/12/2007	16,20	12/2011	62,00	87,00	Alta	Este indicador deverá sair do PPA, pois foi retrado do PACTO e será substituído pelo programa Academia da Saúde.
Percentual de Municípios Prioritários com Projetos Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)	Formulários de Avaliação da CGDANT/DASIS/SYSMS	31/12/2006	0,00	12/2011	90,54	87,00	Alta	-
Prevalência de Fumantes nas Capitais (%)	VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico/DASIS/SYSMS	31/12/2006	16,20	12/2011	15,00	12,20	Alta	-
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardiovasculares (%)	Ministério da Saúde/SYS/SIM- Sistema de Informações sobre Mortalidade	31/12/2005	9,33	12/2011	8,00	8,00	Alta	-
Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (%)	SISAGUA e Relatório de Acompanhamento do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano VQACH/CGVAM/SYS	31/5/2007	20,00	01/2012	98,00	60,00	Alta	-

Programa	1008 Inclusão Digital	Órgão Responsável	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)			
Objetivo	Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico						
Público-alvo	Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses (%)	Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br	7/1/2006	27,82	11/2010	41,00	48,90	Média
							O índice apurado em 2011 ainda não se encontra disponível para consulta em www.cetic.br. Por esta razão, utiliza-se o último índice apurado, referente a novembro de 2010. Mesmo que indisponível os dados de 2011, observa-se que houve uma melhora significativa em relação ao índice de referência, demonstrando, ainda que não completamente, êxito na política de inclusão digital adotada. Desta forma, é necessário que as políticas de desoneração de equipamentos e infraestrutura já em execução sejam mantidas e que as ações de Inclusão Digital adotadas continuem a proporcionar acesso à população, principalmente às de baixa renda e que se encontram na zona rural do país.

Programa 1245 Inclusão Social pelo Esporte **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

Objetivo Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social
Público-alvo Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos (%)	MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional	1/2/2004	33,33	12/2011	80,00	45,00	Média	Aprimorar o tratamento dos dados de maneira a definir adequadamente as políticas necessárias a redução da reincidência. Além disso, o aprimoramento da política penitenciária, de modo geral, guarda relação com a redução da reincidência.

Programa	0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)
-----------------	--	-------	--

Objetivo

Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões gratuitas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei

Público-alvo

Beneficiários definidos em Lei

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa 0285 Indústria Petroquímica **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado

Público-alvo Consumidores de produtos petroquímicos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietileno (porcentagem)	Petrobras	31/12/2002	7,10	12/2011	100,00	90,00	Alta	-

Programa 0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas

47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Órgão Responsável

Objetivo Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país
Público-alvo Governo e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Avaliação do Usuário (m3/habitante/ano)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2008	9,46	12/2011	9,55	9,40	Alta	-
Expectativa do Usuário (m3/habitante/ano)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2008	8,04	12/2011	8,19	8,20	Alta	-
Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDIEG) (porcentagem)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2009	110,00	12/2011	32,30	18,00	Alta	-
Taxa de Resultados Alcançados (porcentagem)	Coordenação de Planejamento e Supervisão / Diretoria-Executiva / IBGE	31/12/2008	100,00	07/2011	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Satisfação do Usuário (porcentagem)	IBGE	31/12/2008	117,63	12/2011	116,62	114,60	Alta	-
Tempo de Resposta - Médio (número de projetos, programas e ações, sem casa decimal)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2008	2,10	01/2011	0,60	2,50	Alta	-

Programa 0496 Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Órgão Responsável

20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo

Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região

Público-alvo

O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazonienses; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos Órgãos Parceiros (percentual %)	Núcleo de Meteorologia / Coord. Operacional / CTO / Coord. Inteligência / CCG Brasília	31/12/2007	70,00	12/2011	62,20	90,00	Média	A fórmula de cálculo do indicador é composta por três taxas de atendimento aos órgãos parceiros em diferentes áreas de atuação do Censipam com pesos equivalentes: meteorologia, inteligência e sensoriamento remoto. Tais taxas corresponderam a 99,6%, 87,0% e 0% em cada área respectivamente. Prontamente inferiu-se que a taxa de atendimento das demandas de sensoriamento remoto declinou a taxa global. Ocorre que, em novembro de 2011, a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República demandou ao Censipam o imageamento de aproximadamente 5.816 Km² da Terra Indígena Kayabi, localizada no Estado do Mato Grosso, em razão do compromisso do governo federal em iniciar os trabalhos de demarcação das terras com o apoio das Forças Armadas, reivindicação antiga da população local. No entanto, a missão não ocorreu devido às condições meteorológicas, adicionado ao fato que o esforço aéreo do 2º/6ª Grupo de Aviação já havia sido atingida naquele ano.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0515 Infra-Estrutura Hídrica	Órgão Responsável	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)			
Objetivo	Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade						
Público-alvo	Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Adução de Água Bruta (milhão de m ³)	SH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	1.570,00	-	-	-	-
Reserva de Água em Barramentos e Açudes (milhão de m ³)	SH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	5.495,00	88,00	-	-	-

Programa 8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações **Órgão Responsável** 41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo *Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações*

Público-alvo *Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa (%)	Fundação CPQD, FINEP e BNDES (Consolidação pelo Ministério das Comunicações)	3/1/2004	21,00	12/2011	21,00	-	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0099	Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Objetivo	Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego	Público-alvo	Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial	Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
										Data	Índice			
Taxa de Aproveitamento de Vagas (porcentagem)	SINE	2/1/2006	50,00	12/2011	36,33	40,90	Média	O dado revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de desacomodamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sine e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. Visando inclusive aumentar o percentual de aproveitamento das vagas, o Ministério do Trabalho e Emprego concluiu em 2011 a implantação do Portal MTE Mais Emprego, o qual possibilita um melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando assim o resultado desse indicador.						
Taxa de Captação de Vagas (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	14,00	12/2011	12,50	17,94	Alta	-						
Taxa de Cobertura do Abono Salarial (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	94,09	12/2011	93,82	97,78	Alta	-						
Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	62,77	12/2011	73,65	81,92	Alta	-						
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	7,00	12/2011	4,54	7,05	Média	Para melhorar a cobertura do Sist. Pub. de Emp. Trab. e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal, o MTE implantou em 2011 o Sist. MTE Mais Emprego, que possibilita melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando o resultado das ações e deste indicador, o qual demonstra a relação percentual entre os trabalhadores colocados ou recolocados pelo SINE e o total das admissões registradas pelo CAGED. Outro esforço do MTE é o aumento da rede de atendimento do Sine, além do aumento dos recursos orçamentários para as ações IMO, HSD e QSP, a fim de melhorar as ações proativas na promoção do trabalhador a uma vaga de emprego. Essas três ações, embora sejam pilares do Programa do Seguro-Desemprego, ainda constam do Orçamento da União como discricionárias, tendo cortes orçamentários recorrentes, ficando com recursos insuficientes para expansão da rede Sine, bem como p/ prestação de serviço mais eficaz ao cidadão.						

Programa 1036 Integração de Bacias Hidrográficas **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica

Público-alvo Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração (m³/s)	SIH/MI	1/1/2003	75,00	-	-	-	-	-

Programa	0641 Inteligência Federal	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	---------------------------	--------------------------	---

Objetivo *Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade*

Público-alvo *Presidência da República*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1020 Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA	Órgão Responsável	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)					
Objetivo	Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santarém no Amapá							
Público-alvo	Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santarém - AP							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					Data
Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional (porcentagem)	IBGE	31/12/2006	1,75	12/2011	2,13	1,80	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0168 Livro Aberto **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo *Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Bibliotecas Públicas (unidade)</i>	Ministério da Cultura, FBN/MinC, IBGE e Instituições voltadas para a produção editorial	31/12/2002	23,00	12/2012	0,43	0,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0273 Luz para Todos

Órgão Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água

Público-alvo

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados no atendimento elétrico rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia (%)	MME	31/12/2006	38,09	12/2011	99,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba (%)	MME	31/12/2006	52,05	12/2011	121,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás (%)	MME	31/12/2006	53,81	12/2011	11,00	-	Muito Baixa	A Eletrobrás está atuando junto à Concessionária com o objetivo de conseguir solucionar a pendência.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso (%)	MME	31/12/2006	34,41	12/2011	84,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul (%)	MME	31/12/2006	95,92	12/2011	109,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Minas Gerais (%)	MME	31/12/2006	97,98	12/2011	1.478,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Pernambuco (%)	MME	31/12/2006	95,18	12/2011	0,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Rondônia (%)	MME	31/12/2006	19,95	12/2011	90,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima (%)	MME	31/12/2006	20,77	12/2011	35,00	-	Muito Baixa	O MME fez gestões junto ao Governo Estadual e a Concessionária para solucionar as pendências apresentadas
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Santa Catarina (%)	MME	31/12/2006	75,05	12/2011	0,00	-	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (%)	MME	31/12/2006	70,21	12/2011	49,00	-	Baixa	O contrato da Eletrobrás com a Concessionária foi providenciado
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe (%)	MME	31/12/2006	63,30	12/2011	6.268,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Tocantins (%)	MME	31/12/2006	41,18	12/2011	47,00	-	Baixa	A Concessionária encontrou dificuldade de contratar mão de obra qualificada para viabilizar o alcance da meta contratada junto a Eletrobrás. A Concessionária deverá procurar mão de obra em outras regiões.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre (%)	MME	31/12/2006	22,79	12/2011	10,00	-	Muito Baixa	As licitações foram novamente realizadas com o mesmo resultado. Quanto ao sistema isolado a medida correta será a definição por parte da ANEEL sobre a cobertura dos custos de operação e manutenção dos sistemas isolados

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0273 Luz para Todos

Órgão Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Objetivo

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água

Público-alvo

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados no atendimento elétrico rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amapá (%)	MME	-	-	12/2011	21,00	-	Muito Baixa	A Eletro norte equacionou parte dos problemas relacionados com as empreiteiras, a CEA disponibilizou os terrenos para construção de subestação e o licenciamento ambiental foi concedido.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amazonas (%)	MME	31/12/2006	14,03	12/2011	44,00	-	Baixa	Para os sistemas isolados a medida corretiva será a definição por parte da ANEEL quanto à cobertura dos custos de operação e manutenção dos sistemas.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Ceará (%)	MME	31/12/2006	35,32	12/2011	98,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Espírito Santo (%)	MME	31/12/2006	36,96	12/2011	87,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (%)	MME	31/12/2006	41,04	12/2011	177,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Pará (%)	MME	31/12/2006	37,34	12/2011	60,00	-	Média	O MME atuou junto à Concessionária para solução dos problemas.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Paraná (%)	MME	31/12/2006	76,64	12/2011	87,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Piauí (%)	MME	31/12/2006	9,96	12/2011	38,00	-	Baixa	A Cepisa lançou novas licitações para substituir empreiteiras com baixa realização
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio de Janeiro (%)	MME	31/12/2006	64,13	12/2011	86,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte (%)	MME	31/12/2006	85,46	12/2011	0,00	-	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul (%)	MME	31/12/2006	49,07	12/2011	0,00	-	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Alagoas (%)	MME	31/12/2006	64,48	12/2011	136,00	-	Alta	-
Número de Unidades Consumidoras Atendidas - Nacional (unidade)	MME	31/12/2006	1.038.580,00	12/2011	247.862,00	-	Alta	-

Programa	0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal	39000	Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	---	-------	---------------------------------

Objetivo

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego

Público-alvo

Usuários das rodovias federais

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 1109 Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Garantir as transações e empregados eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil

Público-alvo Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	-	-	40,00	Média	A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações. Os indicadores foram revisados para o PPA 2012-15.

Programa 1421 Meteorologia e Mudanças Climáticas

Órgão Responsável

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo

Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental

Público-alvo

Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes; e defesa civil

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	1/1/2006	89,00	12/2011	95,00	92,00	Alta	-
Taxa de Acerto da Tendência Climática Sazonal sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	31/12/2007	45,00	12/2011	60,00	60,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II**

Programa 0390 Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Objetivo Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo

Público-alvo Setor produtivo; sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Nível de Percepção Institucional junto à População Brasileira (bolsas concedidas)	Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa - ACAMEP	1/2/2010	80,08	01/2012	82,61	83,00	Alta	O indicador tem evoluído ao longo dos últimos anos e obteve 99,5% de alcance em relação a meta pactuada. O Inmetro foi avaliado como uma instituição eficiente ou muito eficiente por 69,9% dos entrevistados, pouco eficiente por 14,7% e 15,4% não souberam opinar. Assim o nível de percepção institucional para a sociedade brasileira é de 82,61%. A título de comparação com o Inmetro foram pesquisadas as seguintes instituições: Procon, Correios, Embrapa, Anatel, ANEEL, Anvisa, INSS. O Inmetro ocupou o segundo lugar no ranking de eficiência.
Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População (porcentagem)	IBOPE	30/4/2009	92,74	03/2012	88,84	93,00	Média	Apesar do indicador não ter alcançado a meta, o índice de alcance foi de 95,45. Esse indicador é medido pelo percentual de pessoas que confiam no Inmetro entre aqueles que entendem o que o Instituto faz. O fenômeno que tem ocorrido é que cada vez mais as pessoas passam a conhecer, entender e confiar no Instituto. Entretanto, como o nível de confiança no Inmetro entre as pessoas que sabem o que o instituto faz não tem crescido, esse índice não tem atingido o resultado pactuado. Cabe ressaltar que como a base de entrevistados tem crescido (o percentual das pessoas que entendem o que o Inmetro faz, passou de 18% em 1996 para 51,3 em 2011), aumentar o índice de confiança para esse público (que já é muito elevado) não é uma tarefa fácil de ser alcançada.
Taxa de Reconhecimento do INMETRO (porcentagem)	IBOPE	30/4/2009	41,15	03/2012	51,30	51,00	Alta	Foi alterado o nome do indicador para nível de entendimento das atividades do Inmetro. Dos 2.726 entrevistados em todas as regiões do país, 1.398 afirmaram corretamente pelo menos uma atividade que o Inmetro realiza.

Programa 1387 Microcrédito Produtivo Orientado

Órgão Responsável 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo

Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

Público-alvo

Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Clientes Ativos do Microcrédito Produtivo Orientado. (parcerias consolidadas)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2011	241,16	202,00	Alta	-
Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2011	315,47	266,61	Alta	-
Saldo da Carteira Ativa do Microcrédito Produtivo Orientado. (parcerias consolidadas)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2011	307,40	160,00	Alta	-
Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2011	479,09	363,00	Alta	-

Programa 0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Objetivo Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da atividade minerária

Público-alvo Pequena e média mineração, cooperativas extrativistas minerais e de garimpagem e comunidades e aglomerados populacionais de baixa renda que sobrevivem do aproveitamento econômico dos recursos minerais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (%)	DNPM/IBGE	31/12/2007	-	-	-	75,00	-	-
Número-Índice da Produção Mineral (índice numérico)	DNPM	31/12/2003	100,00	-	-	-	Alta	-
Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral (índice numérico)	IBGE	31/12/2003	100,00	-	-	-	Média	-
Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do setor mineral (%)	DNPM	31/12/2007	-	-	-	98,00	-	-

Programa 0365 Minimização de Riscos no Agronegócio

Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos

Público-alvo Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Área Segurada (percentagem)	Secretaria de Política Agropecuária - SPA	30/5/2005	1,90	12/2011	8,56	26,02	Alta	-
Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo (percentagem)	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	31/12/2002	79,00	12/2011	87,00	92,00	Alta	-
Taxa de Adesão ao PROAGRO (percentagem)	RECOR/BACEN e Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO	31/7/2002	23,00	12/2011	58,14	52,00	Alta	-
Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro (percentagem)	Banco Central do Brasil - BACEN	4/10/2006	16,00	03/2012	17,30	14,00	Baixa	-

Programa 9989 Mobilidade Urbana **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)

Objetivo Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas

Público-alvo População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)	Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades	1/1/2002	1,50	-	-	2,00	Baixa	Como medida corretiva, no Plano Plurianual - PPA 2012/2015, optou-se pela utilização de parâmetros desenvolvidos pela ANTP e IPEA para aferir aspectos relacionados ao Programa Temático, apesar destes não serem os indicadores mais adequados para medirem a mobilidade urbana.

Programa	8026 Mobilização para Defesa Nacional	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	---------------------------------------	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1353 Modernização da Polícia Federal	30000	Ministério da Justiça (MJ)	Órgão Responsável
-----------------	--------------------------------------	-------	----------------------------	--------------------------

Objetivo *Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal*

Público-alvo *Departamento de Polícia Federal*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0813 Monumenta	42000	Ministério da Cultura (MinC)	Órgão Responsável			
Objetivo	Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade						
Público-alvo	População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável (percentagem)	Ministério da Cultura	31/12/2006	47,33	03/2012	89,60	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0171 Museu Memória e Cidadania	42000	Ministério da Cultura (MinC)	Órgão Responsável			
Objetivo	Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país						
Público-alvo	Sociedade Brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Número de Visitantes a Museus por ano (milhão)	IPHAN	31/12/2006	20,00	-	-	Alta	-
Taxa de Museus nos Municípios (porcentagem)	IPHAN	31/12/2006	16,00	05/2011	21,40	Alta	-

Programa 1078 Nacional de Acessibilidade **20121** Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) **Órgão Responsável**

Objetivo Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida
Público-alvo Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Escolas Públicas Acessíveis (percentagem)	Ministério da Educação	-	0,00	03/2012	14,31	-	Média	Sensibilização dos gestores da área da educação em relação à necessidade de tornar o ambiente escolar acessível para obter maior adesão.
Taxa de escolas públicas com salas de recursos multifuncionais (percentagem)	Ministério da Educação	-	0,00	03/2012	22,23	-	Alta	-
Taxa de Ônibus Urbanos Acessíveis (percentagem)	Ministério das Cidades	12/1/2002	5,00	-	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta
Taxa de Sites Eletrônicos Governamentais Acessíveis as Pessoas com Deficiência no Serviço Público Federal (percentagem)	Ministério do Planejamento	-	-	-	-	100,00	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta

Programa 0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais

Público-alvo Governo; comunidade científica; e setor produtivo nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) (%)	AEB/DPEI	31/12/2006	11,00	12/2011	27,10	78,00	Baixa	Aumento do quadro de pessoal dos Institutos de Pesquisa (INPE e IAE), - Revisão e ampliação das fontes de receita do Fundo Espacial (CT-Espacial). - Maior volume de encomendas governamentais junto à indústria. - Buscar soluções que permitam um fluxo de recursos orçamentários mais regular durante o ano.
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) (percentual)	AEB/DPEI	31/12/2006	37,25	12/2011	32,00	39,50	Média	O índice apurado no período (32%) apresentou um significativo crescimento em relação a 2010 (27,6%), muito embora não tenha atingido o índice previsto (39%). O índice não atingiu maiores patamares devido ao momento do programa espacial que ainda requer altos investimentos em infraestrutura, penalizando assim o volume de contratos de desenvolvimento com as indústrias do setor espacial.

Programa 1113 Nacional de Atividades Nucleares

Órgão Responsável

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo

Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia

Público-alvo

Instalações nucleares e radiativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração nuclear-elétrica; instituições de ensino

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	18,00	12/2011	13,00	18,00	Média	Viabilizar a implementação de mecanismos de incentivo à inovação.
Número de Procedimentos Médicos Viabilizados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)	CNEN/MCT	9/10/2007	3.000.000,00	12/2011	3.800.000,00	4.800.000,00	Média	Para o equacionamento definitivo do atendimento da demanda nacional por radiofármacos, uma das possibilidades é a implantação do empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro.
Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	84,00	12/2011	85,00	95,00	Alta	Viabilizar a implementação de mecanismos de incentivo à inovação.
Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)	NUCLEP	31/12/2007	1.015,50	12/2011	3.762,00	10.000,00	Média	Adequação do parque tecnológico da NUCLEP por intermédio da modernização dos equipamentos e da capacitação do corpo técnico, o que vem sendo realizado dentro das disponibilidades orçamentárias da empresa.
Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (percentual)	INB/MCT	31/12/2007	60,80	12/2011	63,60	95,00	Média	Necessidade de investimento para implantação da nova fábrica de ultracentrifugas e para dar continuidade à complementação da planta de enriquecimento isotópico.
Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)	CNEN	15/10/2007	73,00	12/2011	90,00	64,00	Média	Esse índice encontra-se em fase de revisão e ajustes em função de alterações no procedimento de recolhimento de rejeitos decorrente da regulamentação da Lei 10.308, de 20 de novembro de 2001.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0506 Nacional de Florestas

Órgão Responsável

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social

Público-alvo Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área de florestas com alto valor para conservação protegida (ha)	Ministério do Meio Ambiente - PNF	31/12/2006	600.000,00	12/2011	12.045.000,00	3.600.000,00	Alta	-
Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável (ha)	IBAMA	31/12/2006	3.000.000,00	12/2011	146.000,00	18.000.000,00	Muito Baixa	O alcance da meta não foi possível devido aos seguintes entraves: necessidade de revisão do marco legal/normativo que rege o manejo florestal e de aprimoramento do fomento ao manejo não só em florestas públicas, mas também em florestas privadas. Também é preciso fortalecer institucionalmente o Serviço Florestal Brasileiro, órgão criado para operacionalizar a concessão florestal, e fundamental para o ganho de escala do manejo florestal e da economia florestal como um todo.
Área de Florestas Plantadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	627.000,00	04/2012	7.005.125,00	1.500.000,00	Alta	-
Áreas degradadas recuperadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	31/12/2006	5.000,00	12/2011	12.000,00	100.000,00	Muito Baixa	Faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema de informações capaz de integrar as informações referentes às áreas degradadas em recuperação nas diversas instâncias e esferas de governo.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	Índice alcançado em 2011		Índice de Referência		Fonte	Alcance do Índice Previsto	Observações
				Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	<i>Promover a Reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano</i>									
Público-alvo	<i>Jovens que possuem entre 15 e 29 anos</i>									
Indicador (unidade de medida)										
<i>Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Campo (percentual)</i>	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	0,00	12/2011	10,94	-	Baixa	Pelos dados gerados no sistema de monitoramento, 15.783 jovens estariam aptos a serem certificados até 31/12/2011. Desses, 1727 (10,94%) constam como concluintes do curso, 6.291 (38,86%) como desistentes e praticamente a metade (49,20%) como "ativo", indicando que as turmas estão em atraso na finalização e/ou pode haver algumas turmas com dados desatualizados no sistema. Assim, como medidas corretivas, vamos continuar a cobrar dos Estados a atualização dos dados no sistema de monitoramento e acompanhar as situações de atraso na execução.		
<i>Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Urbano (percentual)</i>	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	0,00	05/2012	78,00	-	Alta	-		
<i>Taxa de Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho (percentual)</i>	PNPE Web e CAGED.	1/8/2007	7,89	-	-	8,50	Muito Baixa	-		
<i>Taxa de Permanência Anual dos Jovens Participantes do ProJovem Adolescente (percentual)</i>	SNAS	1/7/2007	0,00	12/2011	93,90	-	Alta	-		

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa - 1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI **Órgão Responsável** - 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo - Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de desceção social

Público-alvo - Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de desceção social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Desceção Social (%)	IBGE	-	-	-	-	-	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gerência desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP, ao elaborar o Planejamento estratégico do novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no site do Ministério do Planejamento - MPOG.
Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	Ministério da Saúde	1/10/2006	26,00	-	-	12,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gerência desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP, ao elaborar o Planejamento estratégico do novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no site do Ministério do Planejamento - MPOG.
Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Desceção Social (1/100.000 habitantes)	SENASP	-	-	-	-	-	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gerência desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP, ao elaborar o Planejamento estratégico do novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no site do Ministério do Planejamento - MPOG.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Objetivo Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais

Público-alvo Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Média de Gás Natural (milhão de m ³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	39,83	12/2011	56.374,00	81,40	Média	Como informado no formulário de Avaliação realizado em 2011, o índice previsto para o final do PPA (2011) está incorreto, pois contempla a parcela de liquefeito, sendo, o valor correto 79,2 milhão m ³ /d. Além disso, como registrado na mesma avaliação, devido à retração na demanda por gás natural sinalizada pelo mercado, a Petrobras reviu a meta de produção de gás sem liquefeito para 2011, que foi definida em 69 milhões de m ³ /d. Notificamos, ainda, que, quando do registro do valor apurado em 2011, houve um engano, na colocação da vírgula. Assim, a produção de gás sem liquefeito em 2011, atingiu a marca de 56,374 milhões de m ³ /d.
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por dia)	Petrobras	31/12/2003	1.540,00	12/2011	2.021,78	2.180,00	Alta	Como informado no formulário de Avaliação realizado em 2011, estava sendo estudada uma redução do índice previsto para o final do PPA (2011). Informamos que a meta foi revista, tendo sido definida em 2.110 mil bpd.
Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFA (porcentagem)	Petrobras	31/12/2003	1,20	12/2011	0,65	0,49	Baixa	Em razão da ocorrência de dois tipos de acidentes: incomuns com múltiplas vítimas - queda de helicóptero com 4 fatalidades e intoxicação por monóxido de carbono com 8 afastamentos, foram tomadas as seguintes ações respectivamente: substituição dos helicópteros de mesmo modelo do acidentado; e recuperação da tubulação de gás inerte danificada.
Volume de Óleo Derramado - VOD (m ³)	Petrobras	31/12/2003	49,00	12/2011	33,50	39,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1120 Paz no Campo **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos
Público-alvo Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)	Ouvidoria Agrária Nacional	31/12/2003	42,00	01/2012	12,00	0,00	Baixa	1) Implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; 2) Ampliar a celebração de convênios, acordos e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão muito abaixo das necessidades/demandas apresentadas pelas instituições em tela; 3) Ampliar a capacitação dos mediadores de conflitos agrários, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão abaixo das necessidades/demandas. OBSERVAÇÃO: Se faz necessário observar que as metas físicas alcançadas, embora tenham superado em alguns casos as metas inicialmente previstas, ainda estão aquém do necessário e por esta razão são necessários mais recursos, conforme explanado nos itens "2" e "3".

Programa 1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte

Público-alvo Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto social das tecnologias geradas e avaliadas no ano (percentual)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	3,10	04/2012	2,14	3,10	Alta	-
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano (unidade)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	79.426,00	04/2012	75.326,00	79.426,00	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para Inserção Social (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	29/4/2009	0,00	04/2012	384,00	1.258,00	Muito Baixa	É necessário incrementar as tecnologias voltadas para inserção social

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos

Público-alvo Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano (percentual)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	27/4/2009	1,09	04/2012	0,82	1,09	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para o Agronegócio (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	28/4/2009	0,00	04/2012	1.920,00	1.238,00	Alta	-
Participação de sementes/ cultivares da Embrapa no mercado de Sementes Nacional (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) (%)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	2,1,00	04/2012	12,02	21,00	Alta	-
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado (licença e autorizações concedidas)	Embrapa (Balanço Social Anual da Embrapa)	29/5/2009	13,55	04/2012	8,62	13,55	Média	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	Órgão Responsável				
Objetivo	<i>Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural</i>							
Público-alvo	<i>Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					Data
<i>Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)</i>	Petrobras	31/12/2002	80,00	03/2012	64,00	80,00	Média	1. Intensificação da participação de possíveis fornecedores no desenvolvimento tecnológico com vistas à aceleração da implantação das tecnologias no mercado. 2. Estruturação do Indicador para melhor medição da implantação de tecnologias aos processos produtivos da empresa.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0392 Pólo Industrial de Manaus	Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	Índice alcançado em 2011				Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Índice	Data	Índice	Índice			
Objetivo	Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo										
Público-alvo	Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus										
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Data	Índice	Data	Índice	Índice	Índice	Alcance do Índice Previsto	Observações	
Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	10,40	31/12/2006	15,07	12/2011	4,00	Alta	-			
Taxa de Agregação de Valor Local (percentual)	Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus - SUFRAMA	2,81	31/12/2007	2,87	12/2011	3,00	Alta	-			
Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (percentagem)	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	64,02	31/12/2006	59,39	12/2011	64,00	Alta	-			
Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	25,05	31/12/2006	7,45	12/2011	18,51	Baixa	Há em curso providências para melhorar o nosso desempenho exportador, seja na área cambial, em negociações com parceiros tradicionais, seja ainda na melhoria da infraestrutura local. Estão sendo tomadas medidas para alavancar as exportações como: ajuste cambial, acordos bilaterais, aprimoramento da infraestrutura local			

Programa	8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	---	-------	---------------------------

Órgão Responsável

Objetivo *Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacionais e internacionais*

Público-alvo *Nação brasileira e a comunidade internacional*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0621 Preparo e Emprego da Força Aérea **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

Objetivo Preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem

Público-alvo Nação brasileira

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

Objetivo *Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como, contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa*

Público-alvo *Nação brasileira*
Este programa não apresenta indicador.

Programa	0622 Preparo e Emprego do Poder Naval	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
-----------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------

Objetivo Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem

Público-alvo Nação brasileira
Este programa não apresenta indicador.

Programa	0566 Prestação Jurisdicional Militar	13000	Justiça Militar da União (Justiça Militar)	Órgão Responsável				
Objetivo	Processar e julgar crimes militares definidos em lei							
Público-alvo	Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					Data
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar (porcentagem)	Superior Tribunal Militar	31/12/2009	54,11	01/2012	68,00	40,00	Alta	-

Programa 0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal **Órgão Responsável** 12000 Justiça Federal (Justiça Federal)

Objetivo Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal (porcentagem)	Justiça Federal	31/12/2002	18,00	01/2012	27,00	-	Alta	-

Programa	0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	Órgão Responsável	16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Justiça do DFT)					
Objetivo	<i>Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social</i>							
Público-alvo	<i>Sociedade</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					Data
Taxa de solução de processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (%)	Grupo Gestor de 1º e 2º instâncias e Assessoria de Programas e Projetos.	31/12/2009	36,14	12/2011	34,07	36,34	Média	O TJDFT promoverá no exercício de 2012 a instalação de novas varas e construção de fóruns de justiça para dar cumprimento à Lei de Organização Judiciária.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça **Órgão Responsável** 11000 Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Objetivo Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicial, elencada no artigo 105

da Constituição Federal

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processos Julgados (%)	Superior Tribunal de Justiça	31/12/2006	64,00	01/2011	57,00	69,00	Média	O Tribunal dispõe de projetos para os próximos exercícios que visam melhorar significativamente a taxa de processos julgados, entre elas: a central de atendimento ao cidadão, jurisprudência temática, recursos repetitivos, STJ na era virtual, além de estudos para implantação de projetos para estatísticas do trâmite processual e prazos prescricionais.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal **Órgão Responsável** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)

Objetivo Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o habeas corpus e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na

Constituição Federal

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal (porcentagem)	Supremo Tribunal Federal	26/4/2007	96,00	12/2011	136,49	100,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista **Órgão Responsável** 15000 Justiça do Trabalho (Justiça do Trabalho)

Objetivo Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Recorribilidade (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	50,72	02/2012	54,90	55,50	Média	O índice de recorribilidade apurado (54,90%) em 2011 ficou bem próximo ao previsto (55,50%). Tal situação demonstra a admissão de uma significativa entrada de recursos interpostos nas diversas instâncias trabalhistas, consoante os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como com as normas do Direito Processual pátrio. As medidas corretivas para o atingimento da meta passaram obrigatoriamente por uma ampla reforma da atual legislação trabalhista pelo Congresso Nacional.
Número de Processos por Magistrado (unidade)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	2.290,00	02/2012	2.276,00	2.318,00	Alta	Cabe registrar que o incremento no número de magistrados (16,37%*) no período compreendido entre o índice de referência e o apurado foi pouco inferior ao incremento no número de processos recebidos (16,60%*). Entende-se com isso que o bom desempenho deste indicador no período, tendo em vista o decréscimo no número de processos por magistrados (0,61%), embora não seja significativo, demonstra uma melhor qualidade nos serviços prestados pela Justiça do Trabalho. * Fonte: CESTP/TST.
Taxa de Solução de Processos (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	47,35	02/2012	57,06	50,43	Alta	Registre-se que o bom desempenho deste indicador, no período compreendido entre o índice de referência e o apurado, tendo em vista o relevante incremento na taxa de solução de processos (20,51%), demonstra a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho. Destaca-se que este indicador é de extrema importância para o Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista, uma vez que sua principal ação orçamentária (4265 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) tem como produto o processo solucionado (julgado).
Tempo Médio de Solução de Processos (dias)	Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	586,00	02/2012	871,00	600,00	Baixa	O aumento do efetivo de Magistrados e Servidores, a qualificação profissional, o aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho, bem como a consecução do processo eletrônico, em fase de implantação, propiciaram a redução no número de dias necessários à tramitação dos autos por todo o trâmite processual até a sua efetiva entrega ao jurisdicionado.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1164 Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Cortar o fluxo financeiro que mantém as organizações criminosas

Público-alvo Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Bloqueio de Contas no Exterior (%)	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/SNJ	10/8/2007	40,00	-	-	60,00	Média	A possibilidade de estimativa do índice dependeria (a) de diligências junto a Autoridades Centrais estrangeiras, por meio de compromisso formal do Ministério da Justiça de não-divulgação dos dados confidenciais (valor bloqueado, nome do correntista e jurisdição onde se localiza a conta), para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro; e (b) medidas junto a Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras e ao COAF, por meio de semelhante compromisso formal do Ministério da Justiça, para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro.
Valor de Ativos Preservados (R\$ mil)	Sistema de Alteração Eletrônica (Leião.ENCCLA.GOV)	30/4/2007	0,00	-	-	12.500,00	Média	A possibilidade de estimativa do índice dependeria (a) de diligências junto a Autoridades Centrais estrangeiras, por meio de compromisso formal do Ministério da Justiça de não-divulgação dos dados confidenciais (valor bloqueado, nome do correntista e jurisdição onde se localiza a conta), para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro; e (b) medidas junto a Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras e ao COAF, por meio de semelhante compromisso formal do Ministério da Justiça, para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro.

Programa 0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Florestais - Florescer*Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros***Público-alvo** *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Anual Desmatada da Amazônia Legal (km²)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	13.100,00	07/2011	6.238,00	7.736,00	Alta	-
Número de Focos de Calor (unidade)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	31/12/2002	85.359,00	12/2011	132.376,00	85.359,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

Órgão Responsável

2012 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Objetivo Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade daquelas em situação de violência ou risco.

transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz

Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência

Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
			Data	Índice	Data	Índice			
	Proporção de Denúncias de Violência Física na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	68,00	12/2011	61,28	70,00	Média	As denúncias de violência à Central de Atendimento à Mulher 3 Ligue 180 são classificadas em física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial. O Indicador atingiu em 2009 seu valor mais baixo, 53,9%, e desde então vem aumentando, alcançando 61,28% no final de 2011. Com isso, o índice de 2011 ficou próximo à média do período do PPA 2008-2011, 60,57%. Avaliamos que o indicador não se mostrou adequado para a mensuração dos impactos produzidos pelas ações desenvolvidas no programa 0156. Para o PPA 2012-15 o indicador foi substituído pela proporção de denúncias de violência contra as mulheres em relação ao número total de atendimentos. O novo indicador deve refletir melhor a evolução dos casos de violência contra as mulheres.
	Evolução do Número de Atendimentos da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	0,00	12/2011	-9,16	5,00	Baixa	Depois de um acelerado crescimento no número de atendimentos nos últimos anos, a Central de Atendimento à Mulher 3 Ligue 180 apresentou uma queda no número de ligações em 2011 em relação ao período compreendido entre o final de 2009 e o início de 2010, durante o qual foi realizada a campanha nacional de divulgação da Central. Não obstante, o total de ligações no ano de 2011 tenha sido inferior ao de 2010, houve um visível aumento das ligações no período de agosto a dezembro daquele ano, quando o tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres foi abordado em novela de grande audiência exibida em horário nobre. Pode-se avaliar então, que a procura ao Ligue 180 está diretamente relacionada à divulgação do serviço e à sensibilização da população sobre o tema.
	Evolução do Número de Profissionais da Rede de Atendimento à Mulher-Vítima de Violência Capacitados (percentagem)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	6,00	12/2011	7,52	17,00	Média	Em 2011 foram capacitados 13.075 profissionais de atendimento à mulher, enquanto em 2010 foram registradas 12.160 capacitações. O valor de 2011 manteve em linha com os resultados obtidos nos anos recentes e se refere à capacitação, em especial, de policiais, profissionais da área de saúde, assistência social, dos Centros de Referência em Assistência Social e Centros de Referência no Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O indicador definido em termos de variação sobre o ano anterior não se mostrou adequado porque seus resultados ficam dependentes da qualidade da base. O ideal seria a construção de um indicador a partir do universo de profissionais da rede de atendimento a mulher, o que ainda não é possível em razão da falta de informações.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

Órgão Responsável

20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Objetivo

Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade daquelas em situação de violência ou risco.

transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz

Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência

Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
			Data	Índice	Data	Índice			
	<i>Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (percentual)</i>	Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Pesquisa sobre Perfil Organizacional das DEAMs.	31/12/2005	-4,25	12/2011	0,00	10,00	Alta	-
	<i>Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher (percentual)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	14,00	12/2011	1,94	10,00	Baixa	Em 2011 existiam 945 serviços especializados de atendimento a mulher: 202 Centros de Referência no Atendimento à Mulher, 72 casas-abrigo, 471 delegacias especializadas ou núcleos de atendimento à mulher em delegacias, 52 juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, 58 núcleos ou defensorias especializadas, 48 promotorias especializadas ou núcleos de gênero no Min. Público e 42 varas adaptadas de violência doméstica e familiar. Em 2010 o número de serviços era de 927 ou 12 a menos do que o anteriormente informado no Relatório de Gestão de 2010 em virtude da exclusão dos centros de responsabilização e educação do agressor da contagem. Ainda em 2011, foram formados convênios para a constituição de novos serviços que devem entrar em operação nos próximos anos. De outra forma, os recursos da SPM também são utilizados para o aparelhamento e qualificação dos serviços de atendimento existentes, o que melhora do serviço prestado à mulher, mas não aparece plenamente no indicador.
	<i>Proporção de Denúncias de Violência Psicológica na Central de Atendimento à Mulher - Ligne 180 (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	22,70	12/2011	23,99	25,00	Média	A Central de Atendimento à Mulher registra as denúncias de violência contra a mulher em cinco diferentes formas: física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial. Em 2011 a participação das denúncias de violência psicológicas atingiu 23,99%, não variando significativamente em relação aos 25,40% de 2010. A avaliação do ciclo do PPA 2008-11 mostra que o indicador não é adequado para a mensuração dos impactos produzidos pelas ações desenvolvidas no programa 0156. No PPA 2012-15 o indicador foi substituído pela proporção de denúncias de violência contra as mulheres em relação ao número total de atendimentos. O novo indicador deve refletir melhor a evolução dos casos de violência contra as mulheres.

Programa 0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

2012 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Órgão Responsável

Objetivo *Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àquelas em situação de violência ou risco.*

Público-alvo *Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Proporção de Denúncias de Violência Sexual na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	2,50	12/2011	0,23	5,00	Média	A Central de Atendimento à Mulher registra as denúncias de violência contra a mulher em cinco diferentes formas: física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial. Em 2011 foram registradas 74.984 denúncias de violência contra as mulheres. As denúncias de violência psicológica representaram 1,73% do total, uma queda em relação aos 2,10% do ano anterior. A avaliação do ciclo do PPA 2008-11 mostra que o indicador não é adequado para a mensuração dos impactos produzidos pelas ações desenvolvidas no programa 0156. No PPA 2012-15 o indicador foi substituído pela proporção de denúncias de violência contra as mulheres em relação ao número total de atendimentos. O novo indicador deve refletir melhor a evolução dos casos de violência contra as mulheres.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 1027 Prevenção e Preparação para Desastres

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Órgão Responsável

Objetivo *Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos*

Público-alvo *Instituições de Defesa Civil*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres (porcentagem)</i>	Órgãos Estaduais de Defesa Civil	20/1/2004	62,00	-	-	-	Muito Baixa	Elaboração de parâmetros de metragem que meça a funcionalidade do órgão de defesa civil municipal (grau de atuação da COMDEC), com inserção na legislação que trata sobre as transferências de recursos para as municipalidades e/ou elaboração de novos indicadores

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade										
Público-alvo	Sociedade										
	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União										
Indicador (unidade de medida)	Fonte										
Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	Departamento de Polícia Federal		1/12/2006	79,00	01/2012	90,00	70,00	Média	-		
Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (porcentagem)	Departamento de Polícia Federal		31/12/2006	63,60	01/2012	120,00	80,00	Alta	-		

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0086 Previdência Complementar

Órgão Responsável

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando a formação de poupança estável e a socialização do capital

Público-alvo Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Indicador de Solvência (percentagem)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Dados contábeis	31/12/2009	1,23	01/2012	1,16	1,00	Alta	-
Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)	SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2002	18,00	01/2012	14,23	18,00	Média	A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa). Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão. Relativamente aos resultados do indicador, destaca-se como fator determinante o comportamento do índice Ibovespa, tendo em vista que significativa parcela dos ativos dos fundos de pensão é alocada em investimento de renda variável. Nesse sentido, tendo em vista que nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 o Ibovespa apresentou variação de -41,22%, 82,66%, 1,04% e -17,94% respectivamente, resta evidenciada a correlação existente entre aquele índice e o indicador sob comento, o que explica o distanciamento entre o resultado observado para 2011 e a meta estimada.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0083 Previdência Social Básica **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios

Público-alvo Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	74,77	12/2011	79,72	77,50	Alta	-
Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	65,00	12/2011	56,59	70,00	Baixa	As restrições de recursos humanos e orçamentários impossibilitou o alcance do índice, uma vez que era necessário fortalecer as equipes de Reabilitação Profissional nas Gerências-Executivas e APS onde o serviço é oferecido
Taxa de Solução de Demandas (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	71,57	12/2011	94,70	77,00	Alta	-
Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social (percentual)	CRPS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	69,85	12/2011	70,00	85,00	Baixa	Está sendo aprimorando os processos das Unidades demandantes com vistas a agilizar o envio dos processos às Juntas de Recursos.

Programa	0472 Proantar	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	---------------	-------	---------------------------

Objetivo	<i>Efêtur pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica</i>	Órgão Responsável
-----------------	---	--------------------------

Público-alvo	<i>Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR</i>
---------------------	--

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas

Público-alvo Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos, excluída a Bacia Amazônica (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	1,58	12/2011	16,96	16,96	Alta	-
População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	5,93	12/2011	14,34	14,34	Alta	-

Programa 0647 Produção de Material Bélico 52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão Responsável

Objetivo Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública

Público-alvo Forças armadas brasileiras e polícias militares

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público

Público-alvo Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual (porcentagem)	Casa da Moeda do Brasil	31/12/2002	99,20	01/2012	70,90	100,00	Alta	Rever os processos licitatórios e os procedimentos burocráticos, que dificultam e impedem o alcance das metas estabelecidas no Programa e a concretização de contratações e aquisições relacionadas as ações orçamentárias "Manutenção e Adequação da Infra-estrutura operacional - 4105" e de "Modernização do Parque Industrial - 3274", constantes no "Programa 0758 - Produção de Moeda e Documentos de Segurança".

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde
Órgão Responsável 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos, de forma equitativa, integral, humanizada e com qualidade

Público-alvo Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Coeficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS (1/100.000)	MS/SAS/SIH/SUS	31/12/2002	29,80	01/2012	28,49	-	Média	-
Coeficiente de Mortalidade Infantil (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/2003	27,00	01/2012	17,06	-	Alta	-
Coeficiente de Mortalidade Neonatal (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/2003	17,00	01/2012	12,00	-	Baixa	Para esta redução vem sendo implantada a Rede Cegonha em todo território nacional, visando a fomentar a implementação de um novo modelo de atenção à saúde da mulher e da criança, com foco na atenção ao parto, ao nascimento e ao crescimento da criança de 0 a 24 meses. Isto implica em um acompanhamento por parte dos profissionais de saúde em todo o ciclo de gestação, atenção adequada no momento do nascimento e nos cuidados destinados aos recém-nascidos em todos os níveis de complexidade. Prática esta que contribui diretamente para a redução da mortalidade infantil e seus componentes.
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicosocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (porcentagem)	MS/SAS / SIH-SUS, SIA-SUS	31/12/2005	44,53	01/2012	70,56	75,00	Média	Elaboração de Proposta de ampliação da Ação 20B0 no Planejamento de 2012-2015.

Programa	1143 Promoção da Ética Pública	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)				
Objetivo	<i>Aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal</i>						
Público-alvo	<i>Alta administração federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto 1.171/94, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos (percentagem)	Comissão de Ética Pública	-	-	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.

Programa	1413 Promoção da Justiça e da Cidadania	30000	Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	---	-------	----------------------------

Objetivo

Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia

Público-alvo

Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores

Público-alvo Instituições de pesquisa; universidades; e empresas nacionais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Artigos Publicados por Pesquisadores Brasileiros em Periódicos Científicos Indexados no ISI (unidade)	Web of Science / ISI Web of Knowledge < http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi?DestApp=WOS&Func=Frame &Ini=Yes&SID=2ENLFPo @iaFpiK7o61d > acesso em 22/03/2007	31/12/2007	19.436,00	12/2011	34.443,00	39.814,00	Média	-
Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT (índice numérico)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2007	2,20	12/2011	2,27	2,60	Média	-
Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (unidade)	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - http://www.rnp.br/comexao/instituicoes.php?cod=602	28/8/2007	306,00	12/2011	800,00	411,00	Alta	-
Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2006	670,00	12/2011	1.610,00	710,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Órgão Responsável

Objetivo Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais

Público-alvo Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Bacia do Itapoana (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada das Mangabeiras (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada do Araripe (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Grande Fronteira do Mercosul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região de Águas Emendadas (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Alto Solimões (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Xingó (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (unidade)	IBGE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Ribeira e Garapaçaba (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Rio Acre (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-

Programa 0355 Promoção das Exportações 35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE) Órgão Responsável

Objetivo Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional

Público-alvo Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras (porcentagem)	Departamento de Promoção Comercial - DPR	21/08/2003	85,00	01/2012	43,00	95,00	Média	As estimativas iniciais para o ano de 2011 apontavam que o universo de empresas brasileiras cadastradas na Brasilglobalnet atingia cerca de 90% do universo efetivamente exportador, conforme planejado no PPA. Todavia, a meta mostrou inatingível por conta das crescentes dificuldades com as quais se depararam o empresário brasileiro, quando de sua primeira operação de exportação. Em síntese, o empresário que almeja tomar-se efetivamente exportador deverá ter em mente questões como: dificuldades de obter crédito junto a instituições financeiras, alto custo da exportação aliado à competitividade no mercado externo; falta de capacitação e conhecimento sobre o processo exportador e sobre os potenciais países compradores.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1432 Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial **Órgão Responsável** 20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Objetivo Reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida

Público-alvo Grupos étnica e racialmente discriminados, com ênfase na população negra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Evolução do Número de Organismos no FIPIR (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	0,00	12/2011	645,00	44,00	Alta	-
Número de Negros Qualificados para a Cidadania e Gestão Pública (unidade)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	-	-	-	6.000,00	Média	Realizar a formação dos gestores de políticas de promoção da igualdade racial para conhecimento e operacionalização do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial e para a disseminação do Estatuto da Igualdade Racial.
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	85,00	12/2011	85,00	100,00	Média	Implementação do SINAPIR, elaboração e disseminação do Estatuto da Igualdade Racial nos organismos governamentais.
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	7,60	12/2011	7,60	11,60	Média	Implementação do SINAPIR, elaboração e disseminação do Estatuto da Igualdade Racial nos organismos governamentais.

Programa	0120 Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira		Órgão Responsável		53000	Ministério da Integração Nacional (MI)		
Objetivo	Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira							
Público-alvo	Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	Não foi possível a mensuração do indicador.

Programa 1404 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa **20121** Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) **Órgão Responsável**

Objetivo Assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade

Público-alvo População idosa brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa (%)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	31/12/2004	0,00	05/2012	3,00	3,00	Muito Baixa	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país

Público-alvo Pessoas com Deficiência

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência (percentagem)	RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego	31/12/2007	44,55	03/2012	13,35	60,00	Muito Baixa	Ampliar as ações intersectoriais que promovam a qualificação das pessoas com deficiência para incluí-las no mercado de trabalho
Taxa de Efetividade de Aprendizagem com Deficiência (percentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	1/5/2009	0,25	03/2012	24,22	0,40	Alta	-
Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	44,44	05/2012	100,00	-	Alta	-
Taxa de Inclusão Escolar (percentagem)	IBGE e Ministério da Educação	1/5/2009	20,91	-	-	25,00	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta
Taxa de matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino (percentagem)	INEP-MEC	1/5/2009	54,00	-	-	64,00	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta
Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	1/5/2009	-	05/2012	5,40	10,00	Baixa	Articulação com os Poderes Executivos e Legislativos municipais, com as entidades de e para a promoção dos direitos da pessoa com deficiência objetivando a criação dos conselhos.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0797 Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a prestação de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos

Público-alvo Governo e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Crescimento dos Acessos aos Sites do IPEA (proxy de avaliação pela sociedade) (percentagem)	IPEA/MP	4/6/2007	1,00	12/2011	3,20	3,00	Alta	-

Programa 0670 Proteção a Pessoas Ameaçadas **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes

Público-alvo Testemunhas de crimes, vítimas de violência, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção (porcentagem)	GAJOP	31/12/2003	100,00	-	-	0,00	Alta	-
Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes (percentual)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo médio de capacitação oferecido aos técnicos dos serviços de proteção. (hora)	SEDH/PR	-	0,00	-	-	-	-	-
Tempo médio de permanência das crianças e adolescentes ameaçados nos serviços de proteção (grau)	SEDH	-	-	-	-	-	-	-
Tempo médio de permanência das testemunhas nos serviços de proteção (dia/beneficiário)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	-	-	0,00	Alta	-
Tempo médio de permanência dos defensores dos direitos humanos nos serviços de proteção (grau)	SEDH	-	-	-	-	-	-	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	30000	Ministério da Justiça (MJ)	Órgão Responsável
-----------------	---	-------	----------------------------	--------------------------

Objetivo *Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas*

Público-alvo *Sociedades indígenas*

Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Órgão Responsável

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral

Público-alvo Povos Indígenas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífero na População Indígena (1/100.000)	SIASI / DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	104,10	-	-	89,50	Média	Não foi obtida a informação junto a SESAI/FUNASA/MS.
Coefficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena (1/1.000)	SIASI / DESAI - SISMAL/ CENEPI /FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	122,43	-	-	50,10	Média	Não foi obtida a informação junto a SESAI/FUNASA/MS
Coefficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano (1/1.000)	SIASI / DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	48,00	-	-	39,00	Média	Não foi obtida a informação junto a SESAI/FUNASA/MS
Número de Terras Indígenas Regularizadas (unidade)	Funai	1/7/2007	420,00	12/2011	445,00	542,00	Alta	-
Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena (percentual)	Funai	1/7/2007	27,20	12/2011	21,63	10,90	Média	Fatores que representam entrave para o alcance das metas estabelecidas e a garantia dos direitos territoriais para indígenas, são: as dificuldades impostas pelos ocupantes não-indios que buscam de todas as formas atrasar o processo de desocupação da terra indígena, impedindo a entrada dos técnicos da FUNAI nas vistorias de campo; a morosidade na concessão das medidas judiciais necessárias, e o contingenciamento de recursos orçamentários.

Programa	1384 Proteção Social Básica	Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Índice alcançado em 2011				Alcance do Índice Previsto	Observações
				Índice de Referência	Data	Índice	Índice Previsto para 2011		
Objetivo	Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários								
Público-alvo	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos de pertencimento social decorrente de discriminação étnica, étnica, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, entre outros								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações		
Razão entre o Número de Serviços Ofertados pela Proteção Social Básica e o Número de Benefícios Pagos (unidade)	SNAS	0,28	12/2011	0,63	-	Alta	-		
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para a Pessoa com Deficiência (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	6,76	12/2011	7,26	6,14	Alta	-		
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	11,10	12/2011	3,98	6,77	Média	A Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa apresentou queda nos últimos cinco anos. Em 2006, o crescimento registrado foi de 9,98%, em 2010 atingiu 5,32% e no ano de 2011 alcançou o percentual de 3,98%. A diminuição do crescimento pode ser explicada em parte pela melhoria da economia brasileira no período recente, bem como na melhoria do processo de concessão e de fiscalização. Além disso, fatores internos como as limitações impostas para as despesas com diárias e passagens aéreas dificultaram o procedimento operacional regular na concessão dos benefícios, o que contribuiu para um decréscimo da taxa do indicador ainda mais acentuada do que o estimado em 2011. Dessa forma, o resultado final do PPA 2008-2011 foi abaixo do previsto de 6,77%.		
Taxa de Cobertura de CRAS para Famílias com Renda Familiar Per Capita de até 1/2 Salário Mínimo Co-Financiadas com Recursos Federais (%)	Matriz de Informações Sociais	48,00	12/2011	97,20	100,00	Alta	-		

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1385 Proteção Social Especial **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Objetivo *Aumentar o alcance da Seguridade Social brasileira não contributiva, a partir da concretização de atenções sócio-assistenciais de proteção social especial, de modo a promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que não tiveram seus direitos concretizados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiares e comunitários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegradas às suas Famílias (%)</i>	MDS/SISCOM, MDS/SUASWEB, Censos Locais e Pesquisa Nacional Realizada pelo IPEA 2004: "O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil"	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Baixa	Tais dados sugerem um avanço tanto no processo de reintegração das crianças e adolescentes institucionalizados por motivo de pobreza mas não foi ainda apurado.
<i>Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade: Piso de Alta Complexidade I, e Piso de Alta Complexidade II (%)</i>	MDS/REDESUAS	1/7/2007	38,80	12/2011	32,00	70,00	Média	No que diz respeito aos serviços de proteção social especial de alta complexidade, destaca-se que em 2012 está aprovada a expansão dos serviços o que ampliará a cobertura do Piso de Alta Complexidade. Em relação ao PTMC, ressalte-se que, para se praticar a ampliação da cobertura é necessário desencadear o processo de transição do PTMC, série histórica de cofinanciamento de serviços especializados de proteção social especial de média complexidade.
<i>Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes (%)</i>	Matriz de Informação Social/MDS; IBGE	1/7/2007	0,00	12/2011	98,01	100,00	Alta	-
<i>Taxa de Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial (%)</i>	MDS/SUASWEB, MDS/SISCON e informação gerencial	1/6/2007	0,00	-	-	100,00	Baixa	Esse índice não foi apurado devido à falta de dados que permitam tal apuração.

Programa 1157 Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

Órgão Responsável

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo

Garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

Público-alvo

Usuários de serviços de telecomunicações

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Densidade de Acesso em Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2006	20,70	01/2012	22,00	19,16	Alta	-
Densidade de Acesso em Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2006	55,70	01/2012	123,87	86,02	Alta	-
Densidade de Acessos em Banda Larga (%)	ANATEL	31/12/2006	3,20	01/2012	9,45	6,35	Alta	-
Solicitações de Reparo na Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2007	1,50	01/2012	2,14	1,50	Média	A Anatel determinou as prestadoras que elaborassem planos de ação objetivando atacar as principais deficiências constatadas na prestação do STFC e adiquassem seu desempenho operacional as metas de qualidade estabelecidas
Taxa de Reclamações de Usuários de Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2007	1,00	01/2012	0,35	1,00	Alta	-
Taxa de Reclamações de Usuários de TV por Assinatura (%)	ANATEL	31/12/2007	2,00	01/2012	0,75	2,00	Alta	-
Taxa de Solicitações Atendidas no Prazo (%)	ANATEL	31/12/2007	82,00	01/2012	83,71	82,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1346 Qualidade Ambiental **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	31/12/2003	4.000,00	04/2011	0,00	100,00	Alta	-
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	30/4/2007	874,40	04/2011	1.239,00	1.167,70	Alta	-
Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (unidade)	IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, MME e MT	30/6/2004	440,00	01/2012	50,00	10,00	Média	O Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o IBAMA, patrocinou articulações com importantes setores do governo, com vistas à modernização dos procedimentos de licenciamento e à regularização ambiental de infraestruturas nacionais. O resultado foi a edição de portarias ministeriais e interministeriais para o licenciamento e a regularização ambiental das seguintes tipologias de empreendimentos: portos e terminais portuários; rodovias federais; sistemas de transmissão de energia elétrica e petróleo e gás. Além disso, também foi editada portaria interministerial para tratar dos procedimentos a serem observados pelas entidades envolvidas no licenciamento ambiental federal.
Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (unidade)		3/12/2006	461,00	01/2012	1.010,00	250,00	Baixa	Apesar das recentes ações governamentais no sentido do combate à poluição atmosférica veicular, consubstanciadas nos avanços do PROCONVE, cuja fase L6, alcançada pela Resolução CONAMA Nº 415/2009, e que prevê reduções de até 66% de NOx para novos veículos leves de passageiros, com entrada em vigor no ano de 2014, bem como da fase p7, para os veículos pesados novos com a mesma finalidade, com a entrada em vigor em janeiro de 2012, verifica-se que medidas mais intensas ainda devem ser tomadas para redução deste poluente. Entre elas está a implementação do Programas de Inspeção e Manutenção Veicular (Programas I/M), cuja consolidação das diversas Resoluções que tratavam da matéria, se deu através da Resolução CONAMA Nº 418, de 25 de novembro de 2009, que irá incrementar as ações de controle e monitoramento da poluição causada por veículos em uso. Sob este aspecto, cabe ao MMA, nos próximos anos, desempenhar um papel estratégico no tocante à consolidação das políticas públicas de controle da poluição veicular.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Órgão Responsável

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo *Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores*

Público-alvo *Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice Médio de Eficiência Global da Atividade de Fiscalização de Material Genético Animal, (pessoas atingidas / número de ppds)</i>	Sistemas de Informação SIPLAN, SIOR e SIPE, do MAPA.	31/12/2009	85,00	12/2011	98,91	87,00	Alta	-
<i>Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas (porcentagem)</i>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	31/12/2006	83,00	12/2011	88,00	94,00	Média	Os Serviços de fiscalização devem realizar ações de acompanhamento nas empresas produtoras de corretivos para verificar a necessidade de adequação dos registros dos produtos, pois na atualidade não há necessidade agrônoma premente de que os produtos mantenham as garantias apresentadas nos registros que foram concedidos há alguns anos e que por variações das rochas exploradas podem ter se modificado.
<i>Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas (porcentagem)</i>	CFA/DDIV/SDA	1/1/2004	85,00	12/2011	93,00	95,00	Alta	-
<i>Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais (porcentagem)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2006	84,00	12/2011	84,40	95,00	Baixa	Priorizar as empresas da área de fertilizantes com menor índice de conformidade e dedicar mais tempo dos fiscais na verificação das condições de produção nas mesmas. Está sendo elaborada legislação que implante o Programa de Boas Práticas de Fabricação, visando correção de procedimentos inadequados na fabricação de fertilizantes.
<i>Taxa de Conformidade de Inoculantes (porcentagem)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	61,00	12/2011	88,00	90,00	Alta	Continuar monitorando as empresas que lançaram produtos novos no mercado e verificar por meio de fiscalizações mais constantes, os possíveis erros de processo produtivo porventura ainda existentes.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II**

Programa 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Órgão Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Objetivo

Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços

Público-alvo

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) (hora)	ANEEL	31/12/2002	18,07	18,42	18,25	Média	O índice previsto para o final de 2012 é 18,35. Entretanto, observando-se a evolução dos últimos anos, percebe-se uma tendência à estabilidade na casa dos 18,4. A implementação dos Programas de Universalização das concessionárias implica expansão das redes de distribuição, grande parte em área rural, resultando em tendência de crescimento dos índices DEC. Nessas condições, torna-se gradualmente mais difícil manter a qualidade do serviço. Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia de algumas regiões, principalmente na região Norte.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Centro-Oeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,74	20,92	22,94	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Nordeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	24,21	20,44	26,18	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Norte) (hora)	ANEEL	31/12/2002	37,33	71,86	38,35	Muito Baixa	Os baixos investimentos realizados pelas concessionárias da Região Norte têm contribuído para que esse índice não alcance os valores desejados. Além da necessidade de investimentos, a implementação dos Programas de Universalização das concessionárias também contribui para essa realidade. Por atender áreas mais longínquas e de difícil acesso, em caso de interrupções as equipes de manutenção demoram mais a chegar no lugar em que se necessita o reparo, elevando, com isso, o tempo de interrupção.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sudeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	12,51	11,96	11,40	Média	Os baixos investimentos realizados pelas concessionárias tem evitado uma evolução expressiva no índice.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sul) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,69	14,38	17,24	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção Por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	14,84	11,16	15,13	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Centro-Oeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	22,44	16,55	22,18	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Nordeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,69	11,05	19,94	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Órgão Responsável

Objetivo Promover condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços
Público-alvo Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Norte) (unidade)	MME	31/12/2002	41,71	04/2012	46,07	37,83	Muito Baixa	Os baixos investimentos realizados pelas concessionárias da Região Norte têm contribuído para que esse índice não alcance os valores desejados. Além da necessidade de investimentos, a implementação dos Programas de Universalização das concessionárias também contribui para essa realidade. Por atender áreas mais longínquas e de difícil acesso, em caso de interrupções as equipes de manutenção demoram mais a chegar no lugar em que se necessita o reparo, elevando, com isso, o tempo de interrupção.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sudeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	8,82	04/2012	6,58	9,18	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sul) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,71	04/2012	10,16	14,91	Alta	-
Índice de Satisfação do Consumidor (unidade)	Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade - SRC/Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	31/12/2005	58,88	-	-	-	-	A Pesquisa IASC encontra-se em fase de apuração. O produto entregue pelo contratado apresentou problemas e não foi aceito, podendo ser necessária a reaplicação da pesquisa.
Otorga de Geração (mw)	ANEEL	31/12/2007	-	12/2011	6.209,89	5.947,40	Alta	-
Otorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica (km)	ANEEL	31/12/2003	2.216,00	12/2011	3.208,95	-	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis **Órgão** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME) **Responsável**

Objetivo Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

Público-alvo Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agêntes da indústria de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras (km²)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	304.502,00	01/2012	332.059,00	0,00	Alta	-
Grav de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento (percentagem %)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/7/2003	94,00	06/2011	97,80	0,00	Alta	-
Reservas de Gás Natural (milhão de m³)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/12/2006	347.903,01	01/2012	459.356,00	0,00	Alta	-
Reservas de Petróleo (Milhão de barris)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	12.181,62	01/2012	15.043,00	0,00	Alta	-
Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel (percentagem)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	-	-	01/2012	-776,00	0,00	Muito Baixa	O indicador não deve ser revisito no PPA 2012-2015, com vista a adequá-lo a nova realidade.

Programa	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	Órgão Responsável	39000	Ministério dos Transportes (MT)			
Objetivo	Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes						
Público-alvo	Usuários de transporte de carga e de passageiros						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
<i>Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga (%)</i>	Antaq/MT	-	-	-	-	-	-
<i>Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga (%)</i>	ANTT/MT	-	-	-	-	-	-
<i>Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros (%)</i>	ANTT/MT	-	-	-	-	-	-
<i>Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte (%)</i>	ANTT/MT e Antaq/MT	-	-	03/2012	79,17	Alta	As concessões Ferroviárias foram as que mais proporcionaram, em termos relativos, a emissão de autos de infração. Se considerássemos apenas o Transporte Rodoviário, o índice seria de 92,84% para o Passageiro e 98,96% para carga, o que dá uma média de 95,9% considerada próxima da ideal. Apenas para o transporte ferroviário, o índice foi de 45,75%, bem abaixo do pretendido. Entre as várias medidas a serem adotadas para melhoria do índice, a ANTT pretende acompanhar de forma mais rigorosa a operação dos Concessionários dos Serviços de Transportes Ferroviários, principalmente quanto aos prazos de execução das obras contratadas.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Órgão Responsável

Objetivo Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

Público-alvo Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Pesquisa de Satisfação do Usuário (nota média 1/10)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	7,57	-	-	9,00	Média	Índice não apurado em 2011.
TMC - Tempo Médio de Concessão (dia)	INSS/MPS	30/4/2007	32,00	02/2011	28,00	15,00	Baixa	Apesar dos avanços obtidos, ainda é necessário empreender esforços na continuidade ao desenvolvimento e implantação dos módulos do novo Sistema de Benefícios - SIBE, bem como à renovação tecnológica dos computadores-servidores da Dataprev, e da rede de comunicação e dados do INSS. Além de garantir a recomposição de seu quadro de funcionários.
TME - Tempo Médio de Espera (minuto)	SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento	30/4/2007	50,00	02/10/11	33,23	10,00	Baixa	Apesar dos avanços obtidos, ainda é necessário empreender esforços na continuidade ao desenvolvimento e implantação dos módulos do novo Sistema de Benefícios - SIBE, bem como à renovação tecnológica dos computadores-servidores da Dataprev, e da rede de comunicação e dados do INSS. Além de garantir a recomposição de seu quadro de funcionários.
TMEA - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (número de projetos, programas e ações, sem casa decimal)	SIAE	31/12/2009	37,00	02/2011	22,00	28,00	Alta	-

Programa 0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

Órgão Responsável

56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)

Objetivo

Elevar os padrões da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda

Público-alvo

População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)</i>	Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto	1/5/2007	84,00	12/2012	83,00	88,00	Média	Acompanhamento mais próximo dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) que entraram no SIMaC desde 2010.
<i>Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC (porcentagem (%))</i>	Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE.	1/12/2006	3,40	12/2011	9,20	7,30	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	1448 Qualidade na Escola	26000	Ministério da Educação (MEC)	Órgão Responsável	Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Data	Índice			
Objetivo	<i>Expandir e melhorar a qualidade da educação básica</i>								
Público-alvo	<i>Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Data	Índice de Referência	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
<i>Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	0,85	-	-	0,93	Muito Baixa	Em 2011, o IBGE (PNAD) promoveu a coleta de dados acerca desse indicador. No entanto, sua disponibilização está prevista apenas para o segundo semestre de 2012.	
<i>Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos (unidade)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	4,43	-	-	5,40	Muito Baixa	Em 2011, o IBGE (PNAD) promoveu a coleta de dados acerca desse indicador. No entanto, sua disponibilização está prevista apenas para o segundo semestre de 2012.	
<i>Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos (unidade)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	8,30	-	-	9,10	Muito Baixa	Em 2011, o IBGE (PNAD) promoveu a coleta de dados acerca desse indicador. No entanto, sua disponibilização está prevista apenas para o segundo semestre de 2012.	
<i>Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	42,90	01/2012	54,70	70,00	Média	Os dados referentes a 2011 informam o alcance de um índice de 54,7. Embora tenha havido uma sensível evolução em relação aos dados coletados nos três anos anteriores, além de uma considerável evolução em relação ao índice de referência, como foi identificado ano passado, não conseguimos alcançar a meta prevista no PPA (70,0). O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores nesse nível de educação, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil 3 UAB e o Proinfantil, além do Programa de Especialização em Educação Infantil, ofertado no âmbito da Rede Nacional de Formação de Professores.	
<i>Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	71,80	01/2012	78,60	85,80	Alta	-	
<i>Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	31/12/2006	95,40	01/2012	94,10	100,00	Alta	-	

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0101 Qualificação Social e Profissional

Órgão Responsável

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo

Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional

Público-alvo Trabalhadores e trabalhadores desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (hora)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	191,52	01/2012	200,00	200,00	Alta	Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. A carga horária média para os cursos de qualificação desenvolvidos no âmbito do programa seguem o que consta definido na Resolução nº 575/08 CODEFAT e Termo de Referência, assim, como o estabelecido como adequado é a carga horária de 200 horas, podendo assim terem curso com carga horária menor e outros com carga horária maior, de forma a manter a média de 200 horas, o resultado parcial de 200 horas é satisfatório para fins de aferição do resultado da qualidade pedagógica dos cursos.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	89,20	01/2012	65,00	94,00	Baixa	Aumento na integração com políticas públicas voltadas a segmentos de baixa escolaridade. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. O não alcance da meta estabelecida para este indicador demonstra a dificuldade de voltar o atendimento aos trabalhadores de mais baixa escolaridade, isso porque, para a inscrição nos cursos, os trabalhadores precisam mostrar-se interessados na realização dos cursos e os que têm baixa escolaridade não têm procurado inscrever-se nos cursos. O sistema de gestão do PNQ permite que as pessoas de baixa escolaridade, bem como as mulheres, jovens, negros e pardos, tenham prioridade de acesso aos cursos no momento de convocação dos educandos, tal como estabelecido nas Resoluções do CODEFAT.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	213,17	01/2012	153,00	215,00	Baixa	Esse resultado é parcial, no entanto, aponta para a necessidade de articulação do programa de qualificação com ações voltadas ao atendimento de jovens, tal como a ação de aprendizagem profissional. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	135,28	01/2012	145,00	135,00	Alta	Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Os resultados demonstram que a participação das mulheres nos cursos de qualificação do PNQ tem sido acima da participação das mulheres na População Economicamente Ativa 3 PEA.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0101 Qualificação Social e Profissional

Órgão Responsável

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo

Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional

Público-alvo Trabalhadores e trabalhadores desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	123,74	01/2012	144,00	123,00	Alta	Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Os resultados demonstram que a participação da população não branca tem sido acima da participação desse grupo na população economicamente ativa 3 PEA. Ressalte-se que para a contabilização desse indicador excluiu-se as pessoas que não declararam raça/cor na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar 3 PNAD.
Taxa de Eficácia das Qualificações (%)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depto. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE	31/12/2005	94,00	01/2012	90,00	95,00	Média	Este indicador permite aferir o grau de evasão dos cursos de qualificação profissional, e, em pese à apuração apontar ao resultado de 90% e ter o ideal de 95%, evasão em cursos de qualificação voltada a segmento da população em vulnerabilidade social tende a ser maior do que para públicos em situação de não vulnerabilidade, um percentual de evasão de apenas 10% é considerado satisfatório do ponto de vista da eficácia. Esse resultado é possível quando há o envolvimento do executor dos cursos no cumprimento desse percentual, tendo em vista que tal indicador consiste em meta em cada um dos convênios e contratos. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010.
Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho (percentagem)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2007	114,79	01/2012	100,00	100,00	Alta	Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Atualmente, todos educandos concluintes são encaminhados para intermediação de mão de obra, por consistir em uma cadastro único do trabalhador, que serve para as ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e habilitação do seguro-desemprego. Este resultado não tem como ser superior a 100, tendo em vista que 100 significa que todos os educandos foram encaminhados à intermediação de mão de obra ou a um emprego.
Taxa de Integração das Políticas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social (percentual)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	70,00	01/2012	70,00	70,00	Alta	-

Programa 0101 Qualificação Social e Profissional

Órgão Responsável 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional

Público-alvo Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR (porcentagem)	DEQ/SPPE	31/12/2006	6,00	05/2012	2,16	3,00	Muito Baixa	O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE foi de 4,7 milhões, e as pessoas qualificadas foi 99 mil, o índice apurado para este indicador ficou aquém do que o esperado. Para este resultado, considerou-se o total de inscritos em cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010, cujas informações foram registradas tanto no Sistema SIGAE quanto no Sistema MTE Mais Emprego, correspondente a 101.480 educandos.

Programa 1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Órgão Responsável

56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades

Objetivo

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica

Público-alvo

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (percentagem)	Ministério das Cidades	31/12/2003	11,00	-	-	0,00	Muito Baixa	É necessário ampliar a abrangência dos estudos para outras localidades do território nacional, bem como garantir a periodicidade no recolhimento destas informações, que será obtida apenas com a seqüência nos próximos anos de atualizações das pesquisas empreendidas, sobretudo nos municípios. Nesse sentido, é necessário buscar a integração entre os dados existentes nas diversas unidades da federação sobre o assunto. Para tanto, é necessário destinar recursos para elaboração de metodologia de identificação de imóveis vazios, visando a construção de uma plataforma on line a ser alimentada pelos governos locais.
Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram a política de Reabilitação de Centros (%)	Ministério das Cidades	31/12/2006	6,26	12/2011	62,06	62,63	Alta	-

Programa 0632 Reparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

Objetivo *Reparar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários no cumprimento de sua destinação constitucional; "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0626 Reparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	--	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Reparar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval*

Público-alvo *Nação brasileira*
Este programa não apresenta indicador.

Programa	0628 Reparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	--	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Reparar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro*

Público-alvo *Nação brasileira*
Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional
25000 Ministério da Fazenda (MF)
Órgão Responsável

Objetivo Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal

Público-alvo União e contribuintes

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	4.898.747.921,20	01/2012	1.793.380.000,00	10.500.901.226,00	Alta	-
Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	1.926.000.000,00	01/2012	3.636.907.233,70	3.376.568.002,70	Alta	-
Perdas de Recursos da União Evitadas (R\$)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	31/12/2003	163.063.047,48	01/2012	77.562.496.807,48	252.393.786,92	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0474 Recursos do Mar **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

Objetivo *Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando dados para o País*

Público-alvo *Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação

Público-alvo Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aquicultores e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade (percentual alcançado)	IBAMA, IBGE, IPEA	15/8/2003	2,00	-	-	0,50	Baixa	O indicador revelou deficiências tanto na disponibilidade de dados para sua mensuração como pela sua confiabilidade em refletir o principal resultado esperado do programa.

Programa	0102 Rede de Proteção ao Trabalho	Órgão Responsável		36000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)				
Objetivo	Garantir o cumprimento das normas legais e convenionadas de proteção ao trabalho							
Público-alvo	População Economicamente Ativa - PEA							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados (porcentagem)	SFTI/SIT/MTE	31/12/2006	86,46	01/2012	74,10	76,00	Alta	O índice ficou estável ao longo de 2011, próximo do previsto para o ano.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0288 Refino de Petróleo

Órgão Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Objetivo Ampliar e modernizar o parque de refino, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional

Público-alvo Consumidores de derivados do petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,62	01/2012	1,86	1,90	Média	Medida Corretiva: Entrada da Refinaria Abreu em jun/2013. Análise do Desvio: Em 2011 o volume total de petróleo processado ficou abaixo do previsto para o ano. O fator que mais impactou no desempenho do indicador foi a não entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima, que tinha a previsão de conclusão da obra para o ano.
Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,26	01/2012	1,53	1,73	Média	Medidas Corretivas: a) Entrada da Refinaria Abreu em jun/2013. b) Replanejamento da logística de produção das Refinarias para aumento do processamento do petróleo nacional em 2012 visando à redução da importação. Análise do Desvio: Em 2011 o processamento de petróleo nacional ficou abaixo do previsto para o ano principalmente em função dos seguintes fatores: a) Não entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima que estava prevista a conclusão da obra no ano; b) Necessidade de aumento da participação de petróleo leve importado a fim de elevar a produção de diesel com menor teor de enxofre nas refinarias existentes.
Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,83	01/2012	2,01	2,23	Média	Medida Corretiva: a) Entrada da Refinaria Abreu em jun/2013. Análise do Desvio: Em 2011 a Capacidade de Refino Instalada ficou abaixo do previsto para o ano em função da não entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima que tinha a previsão de conclusão da obra para o ano.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1083 Reforma do Judiciário	30000	Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	----------------------------	-------	----------------------------

Órgão Responsável

Objetivo Modernizar e promover a transparência das Instituições do Sistema de Justiça e democratizar o acesso à Justiça, com a implementação de políticas públicas e efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos

Público-alvo Instituições, Operadores do Direito e Sociedade Civil

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Público-alvo Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência (percentagem)	Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	12/1/2003	4,50	12/2011	2,60	2,40	Muito Baixa	Em relação à União: aprovação do FUNPRESP. Encontra-se em estudo a reestruturação do RPPS onde deverá conter propostas de alternativas de equacionamento do déficit atuarial e financeiro atual. Quanto aos demais entes, especialmente os Estados, o MPS por meio da SPPS está enviando grandes esforços no sentido de, juntamente com cada interessado, se encontrar alternativas de equacionamentos dos déficits, entre outras, inclusive mediante o aporte de ativos diversos no contexto do art. 249 da Constituição Federal.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1185 Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

Órgão Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo

Contribuir, através do exercício da sua função de regulação para uma Política de Qualificação da qual resulte a construção de um setor de saúde suplementar, cujo principal interesse seja a produção da saúde. Um setor com operadores sólidos e auto-suficientes, que seja centrado no beneficiário; que realize ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; que observe os princípios de qualidade, integridade e resolutividade; que tenha uma concepção incluída de todos os profissionais de saúde, que respeite o controle social e que esteja adequadamente articulado com o Sistema Único de Saúde

Público-alvo Beneficiários de planos de saúde, operadoras de planos de saúde, prestadores de serviços de saúde e Gestores Públicos de Saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho de Saúde Suplementar - setor médico-hospitalar (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPN/GGSI/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	30/9/2006	55,10	12/2011	59,00	65,00	Alta	A taxa aproximou-se da meta (91,1% de alcance). Houve importante evolução das operadoras médico-hospitalares nos últimos três nos últimos anos, com acentuado incremento do percentual de operadoras situado nas duas maiores faixas de IDSS (acima de 60%, passando de 11% em 2007 para 32% em 2010) e queda do percentual de operadoras situado na faixa mais baixa: de 32% em 2007 para 2,3% em 2010. Também pode ser percebida evolução na qualidade oferecida aos beneficiários dos planos médico-hospitalares nos três últimos anos. O percentual acumulado nas duas faixas mais elevadas de IDSS evoluiu de 19% em 2007 para 56% em 2010, praticamente o mesmo patamar (57%) de 2009. Houve também uma queda do percentual acumulado nas últimas duas faixas de IDSS: passando de 25% em 2007 para 20% em 2010. É importante observar que a média global do IDSS foi de 61,90% e o segmento odontológico apresentou resultado de 72,49%.
Taxa de Desempenho Institucional (%)	Setor responsável pelo cálculo: GGACI/DIGES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	31/12/2006	60,00	12/2011	90,00	70,00	Alta	-
Taxa de Beneficiários em Operadoras Avaliadas pelo Programa de Qualificação em seu "Componente Operadoras" (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPN/GGSI/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP.	31/12/2006	80,00	12/2011	99,22	90,00	Alta	-
Taxa de Efetividade na Fiscalização (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	31/12/2006	8,00	12/2011	124,07	85,00	Alta	-
Taxa de Otimização do Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	30/6/2007	24,90	12/2011	150,00	100,00	Alta	-

Programa 1264 Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular **Órgão Responsável** 35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo Representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e informar o Governo brasileiro sobre a evolução político-econômica internacional, bem como prestar atendimento consular ao público e assistência a cidadãos brasileiros no exterior

Público-alvo Governo brasileiro, sociedade brasileira, comunidade internacional, cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros (porcentagem)	MRE	21/8/2003	9.496,00	12/2011	85,00	100,00	Alta	-
Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais (%)	MRE	21/8/2003	96,56	12/2011	100,00	100,00	Alta	-

Programa 1401 Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial às violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contratadas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos

Público-alvo Vítimas de violação, autores de denúncias e pessoas que se dispõem a colaborar com o sistema de segurança pública e justiça, especialmente em casos nos quais há um desincentivo à busca dos mecanismos institucionais disponíveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Estados com Ovidorias de Polícia Implantadas (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	14,00	-	-	27,00	-	-
Número de Estados que Aderiram ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	11,00	-	-	27,00	-	-
Porcentual de Encaminhamento de Denúncias Recebidas (% de crianças cadastradas e pesadas com desnutrição)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 8007 Resíduos Sólidos Urbanos

Órgão Responsável 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo

Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores

Público-alvo

População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental, em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (percentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	1/7/2000	91,10	12/2008	98,45	94,02	Alta	Observações quanto à fórmula de cálculo do índice: Relação percentual entre a população urbana atendida por serviços de coleta de resíduos sólidos e a população urbana total. Para o cálculo do índice, considerou o glossário: Coletado diretamente: quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro - Coletado indiretamente: quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, para coleta posterior; ou quando o lixo é queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago, mar etc.
Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos (percentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	7/1/2000	29,00	12/2008	49,75	47,00	Alta	Relação percentual entre o número de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos em relação ao total de municípios com coleta.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 1029 Resposta aos Desastres e Reconstrução **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal

Público-alvo Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública (porcentagem)	SEDEC/MI e Órgãos Estaduais de Defesa Civil	1/1/2004	40,00	-	-	-	-	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.

Público-alvo Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	235,00	-	-	-	Muito Baixa	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraiíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	-	Baixa	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	52,00	-	-	-	Baixa	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	73,00	-	-	50,00	Baixa	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	59,00	-	-	-	Baixa	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraiíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	23,00	-	-	-	Baixa	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	21,00	-	-	13,00	Baixa	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	13,00	Baixa	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraiíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-

Programa 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.

Público-alvo Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	MMA e ANA	31/12/2002	15,00	-	-	10,00	Baixa	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	3,00	-	-	1,00	Baixa	-
Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água (porcentagem)	Codevasf/Ministério da Integração Nacional	-	-	-	-	-	Baixa	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1287 Saneamento Rural **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais

Público-alvo População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas (percentagem)	MS/FUNASA - SISABI	18/7/2005	26,00	12/2011	64,26	-	Média	No ano de 2012, a Secretaria Especial de saúde Indígena, iniciou a reestruturação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, com a inclusão do setor de saneamento e profissionais capacitados para o início da execução das ações, com intuito de cumprir as metas estabelecidas.
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	16,00	12/2011	32,80	-	Média	No Plano Plurianual/PPA 2012-2015 será utilizado como índice de referência de abastecimento de água, a cobertura dos domicílios rurais ligados à rede de abastecimento de água e outras formas com canalização interna, tendo como base os dados apresentados na proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico/PLANSAB.
Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais (%)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	22,70	12/2011	26,00	-	Média	No Plano Plurianual/PPA 2012-2015 será utilizado como índice de referência esgotamento sanitário a cobertura dos domicílios rurais ligados à rede de esgotos e fossa séptica, tendo como base os dados da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico/PLANSAB.

Programa 0639 Segurança da Navegação Aquaviária **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo *Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira*

Público-alvo *Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Acidentes Náuticos (1/1.000)</i>	Diretoria de Portos e Costas	31/12/2002	1,60	12/2011	1,23	1,60	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária

Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos

Público-alvo Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazéns e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/8/2007	1.600,00	12/2011	2.871,00	2.700,00	Alta	-
Área Declarada Livre de Febre Afiosa com Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	1.350.461,71	12/2011	4.942.639,00	8.419.530,00	Média	Maior apoio federal aos serviços veterinários oficiais nos estados do Norte e Nordeste para reestruturação e melhoria das atividades de fiscalização e vigilância para febre aftosa; para orientar, apoiar e avaliar continuamente as atividades de cadastramento de propriedades rurais, produtores e rebanhos susceptíveis à doença nessa região; para ampliar a cobertura vacinal e para fortalecer as estruturas laboratoriais de diagnóstico da febre aftosa.
Área Declarada Livre de Febre Afiosa sem Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	95.346,18	12/2011	95.346,00	95.346,00	Alta	-
Área Livre de Sigatoka Negra (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/6/2009	2.426,00	12/2011	2.928,00	2.426,00	Alta	-
Incidência Controlada da Mosca da Carambola (-)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/7/2007	10,00	12/2011	16,00	8,00	Muito Baixa	Aumento do contingente de Fiscais Federais Agropecuários, incluindo a localização desses servidores nos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jari. Para o Estado de Roraima e Pará é necessário renovar a frota de veículos.
Incidência da Praga <i>Cydia Pomonella</i> (-)	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	3,00	12/2011	2,00	1,00	Alta	-
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	8/1/2004	0,00	12/2011	970,00	2.500,00	Baixa	Estudar medidas alternativas para estimular a adesão dos produtores ao programa, incluindo ações de educação sanitária, promoção e divulgação.
Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2001	0,00	12/2011	0,00	0,00	Alta	-
Número de Ocorrências de Rariva Bovina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	2.454,00	10/2011	959,00	1.800,00	Alta	-
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras (percentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2002	90,00	12/2011	95,00	0,00	Alta	-
Taxa de Incidência da Doença Canro Citrico (bolsas conciliada)	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	0,30	12/2011	0,20	0,20	Alta	-

Programa 0623 Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo Proporcionar circulação segura e eficiente no tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil

Público-alvo Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Espaço Aéreo Monitorado (porcentagem)	DEPV/CISCEA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	-	12/2011	95,00	95,00	Alta	OBSERVAÇÕES: O índice de referência anual de 95%, constante do SIGPLAN, diz respeito ao nível 30.000 pés. Depende-se que a evolução deste índice só ocorre quando da implantação de radares em porções do espaço aéreo atualmente sem cobertura radar. Considerando-se as implantações de três Radares de Rota nas localidades de Barcelos (AM), Palmas (TO) e Teresina (PI), este índice atingirá o percentual de 98%, no referido nível, no período de 2012 a 2013.
Índice de Acidentes Aeronáuticos (porcentagem)	CENIPA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	-	12/2011	1,62	0,90	Alta	As metas físicas do SIPAER contemplam as atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos que se traduzem em cursos, seminários e palestras ministrados, em investigações de acidentes, incidentes e ocorrências de solo, no aperfeiçoamento de militares no exterior, na participação de eventos de segurança de voo, nacionais e internacionais. Como medidas corretivas e preventivas, este Centro necessitará manter e intensificar suas atividades, tendo em vista o aumento significativo da frota brasileira, a fim de reduzir a CZeroD o índice de acidentes aeronáuticos, se possível. Com isso o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), como órgão central do SIPAER, gerará maior conscientização e percepção da Atividade de Segurança de Voo, que é responsabilidade de todos.

Programa	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	Órgão Responsável	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
			Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	<i>Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País</i>	56000 Ministério das Cidades (MCI)idades)							
Público-alvo	<i>Sociedade</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte								
<i>Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)</i>	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	6,30	12/2010	6,30	6,30	Alta	-	
<i>Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)</i>	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	91,10	12/2009	67,20	75,00	Média	Devido a não obtenção dos dados referentes a 2010, estão sendo considerados os dados de 2009, ficando, assim, prejudicada a avaliação de alcance do índice previsto para 2011. A ações de redução de acidentes passa por aumento das campanhas de educativas e fiscalizatórias, principalmente em períodos de maior ocorrência, como os feriados prolongados. Para melhor monitoramento da situação está sendo estudada a criação de um Observatório Nacional de Trânsito, proposta integrante no PLANO NACIONAL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO.	

Programa	0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Índice alcançado em 2011				Alcance do Índice Previsto	Observações
					Índice de Referência	Índice	Data	Índice		
Objetivo	<i>Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores</i>									
Público-alvo	<i>Produtores, indústrias, cereais, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações		
<i>Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal (número índice)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOV/DIPOA	0,74	0,82	12/2011	0,85	Alta	-			
<i>Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (Índice numérico)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA	0,00	0,15	12/2011	0,70	Média	Ampliar o número de métodos acreditados.			
<i>Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) (unidade)</i>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	250,00	849,00	12/2011	0,00	Alta	-			
<i>Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário (unidade)</i>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	3.800,00	3.572,00	12/2011	0,00	Alta	-			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1184 Segurança e Saúde no Trabalho

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Órgão Responsável

Objetivo *Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho*

Público-alvo *Trabalhadores formais e informais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho (1/1.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	15,63	12/2010	19,14	18,70	Média	Houve significativo aumento nos acidentes de trajeto, que compõem o índice, mas estão fora do alcance dos instrumentos de intervenção da inspeção do trabalho. A incidência de acidentes de trabalho típicos ficou em 11,32 por 1.000.
<i>Coefficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho (1/10.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	12,00	12/2010	43,00	52,00	Alta	-
<i>Coefficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho (1/100.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	10,75	12/2010	7,40	7,50	Alta	-
<i>Coefficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde (1/1.000)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	770,00	12/2010	386,00	550,00	Muito Baixa	Aumento no número de Auditores Fiscais do Trabalho e fortalecimento da estrutura da inspeção nas unidades descentralizadas do MTE.
<i>Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO (unidade)</i>	Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO	1/12/2006	15,00	12/2011	30,00	30,00	Alta	-
<i>Taxa de Acidentes Fatais Investigados (porcentagem)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	22,45	12/2010	31,19	27,00	Alta	-

Programa 0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito

Público-alvo Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Sensação de Segurança (%)	Pesquisa de opinião	1/1/2007	65,00	-	-	80,00	Média	Pesquisa não realizada.
Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (anuidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	1,51	1,27	1,27	1,35	Alta	-
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (anuidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	27,20	28,31	28,31	25,50	Alta	Implantação do SIGER - Sistema Gerencial de Informações, criando uma nova metodologia de manipulação de dados estatísticos para auxiliar no planejamento das ações operacionais. Idealização do Plano de Prevenção e Redução de Acidentes no Trânsito, estabelecendo uma política pública estruturante e integrada, tornando prioritário o enfrentamento à violência no trânsito, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais.

Programa 1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemácias
Público-alvo Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo por paciente de fatores de Coagulação VIII (Hemofilia A) (quantidade)	Sistema Hemovida - Coagulopattias Web	-	0,00	01/2012	36.721,55	30.000,00	Alta	-
Taxa de Doação de Sangue (%)	Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	31/12/2006	2,00	01/2012	1,61	2,00	Média	O índice alcançado foi 1,61% em razão de a produção ambulatorial no SIA-SUS em 2012 se referir à base dados nacional, com informação de dados coletados até nov/11. Os dados referem-se a Hemorrede e aos Serv. filantrópicos e privados conveniados ao SUS, limitando o cálculo da Taxa devido à indisponibilidade atual de dados dos serviços privados. Alguns aspectos podem ter interferido no não atingimento da meta: pouca disponibilidade de unidades móveis; quadro de pessoal na rede de serviços deficiente; adoção de medidas para desestimular a procura da população pelos serviços de coleta de sangue para testagem de contaminação patogênicos; adoção de medidas para esclarecer a comunidade quanto à não vinculação de benefícios atrelados ao ato da doação. O indicador apresenta pouco abaixo da referência de 2% da população doadora, permanecendo estável em 1,9%, garantindo a atual demanda transfusional, devido à implantação dos comitês transfusionais hospitalares e a sensibilização para o uso nacional do sangue.

Programa	0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas	52000	Ministério da Defesa (MD)	Órgão Responsável
-----------------	--	-------	---------------------------	--------------------------

Objetivo *Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes*

Público-alvo *Militares das Forças Armadas e seus dependentes*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades

Objetivo Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Público-alvo População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (porcentagem)	SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	31/12/2005	35,30	12/2009	38,70	43,96	Média	O índice de referência de 2005 apresentado pelo SIGPLAN não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto, houve aumento significativo neste indicador de desempenho do Programa.
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	82,30	12/2009	92,55	86,00	Alta	-
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	48,20	12/2009	80,43	55,00	Alta	-

Programa 0153 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente

Público-alvo Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos Capacitados (%)	SEDH/PR	31/1/2007	50,00	02/2012	80,00	100,00	Média	-
Taxa de Municípios com Implantação de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (%)	SPDCA/SEDH/PR	-	0,00	02/2012	95,00	-	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0152 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE
 2021 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) **Órgão Responsável**

Objetivo Fortalecer a implementação do SINASE, visando a efetividade das medidas socioeducativas

Público-alvo Adolescentes em conflito com a lei

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Deficit de Vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado (unidade)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/8/2006	3.396,00	02/2012	1.067,00	810,00	Média	A redução do déficit de vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado passa pela ampliação da rede de unidades sócio-educativas, incidindo na criação de novas vagas diminuindo a super lotação e cumprimento de medidas sócio educativas em lugares inadequados.
Razão entre Adolescentes Cumprindo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/SEDH	-	-	02/2012	2,24	-	Média	Avançar com a implantação do SIPHA_SINASE nos municípios bem como de regulamentar em conjunto com SDH/MDS/CONANDA os programas municipais de atendimento em meio aberto
Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (%)	Levantamento Nacional do Atendimento socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/12/2005	12,70	02/2012	42,70	50,00	Média	O comprometimento no alcance deste índice se deve, principalmente, às seguintes causas: dificuldade no estabelecimento de parcerias entre governos estaduais e instituições de ensino superior decorrentes das exigências legais para este tipo de prestação de serviço; especificidade do tema e dificuldade de encontrar especialistas que atendam a qualidade e pertinência da docência; os limites dos gestores para liberação dos servidores na agenda de capacitação uma vez que as unidades socioeducativas têm funcionamento ininterrupto.
Taxa de Municipalização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto nas Grandes Cidades (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/ SEDH	31/12/2005	40,00	02/2012	100,00	100,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações em todo o território nacional

para a prevenção e o controle da criminalidade

Toda a sociedade brasileira e em especial os Operadores de Segurança Pública

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Gestão da SENASP (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gerência desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP ao elaborar o novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no sítio do Ministério do Planejamento.
Índice de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gerência desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP ao elaborar o novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no sítio do Ministério do Planejamento.
Índice de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gerência desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP ao elaborar o novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no sítio do Ministério do Planejamento.

Programa	0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	-------------------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira*

Público-alvo *Nação Brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão
Responsável**

Programa 0629 Tecnologia de Uso Naval 52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão Responsável

Objetivo Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval

Público-alvo Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0642 Tecnologia de Uso Terrestre	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	----------------------------------	-------	---------------------------

Objetivo **Órgão Responsável**

Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército

Público-alvo *Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar*

Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1335 Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Objetivo Contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o nível imediato da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação, com o cumprimento das condicionalidades nessas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias

Público-alvo Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 60,00

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/12/2006	70,23	12/2011	88,00	95,00	Alta	O resultado apresentado refere-se ao último período do ano de 2011. Houve redução em relação ao ano anterior em razão da dificuldade na operacionalização das condicionalidades na geração dos públicos de acompanhamento, em virtude da implementação da versão 7 do Cadastro Único. Considerando que o processo de atualização cadastral e as mudanças cadastrais tem impacto direto do perfil de beneficiários que são acompanhados pela educação. Nesse último período, 8 municípios ficaram com acompanhamento abaixo de 20%. Ao final de 2010 nenhum município esteve nessa situação. Embora isso, o percentual total teve uma redução mínima, apenas 2 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2010.
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/3/2006	33,40	12/2011	71,85	80,00	Alta	As medidas que estão sendo adotadas, como o reforço na integração com as outras áreas que envolvem as condicionalidades (Saúde, Educação e Assistência Social), vem contribuindo para melhorar esse resultado. A articulação mais próxima com estados e municípios, a realização de oficinas técnicas e seminários regionais foram algumas das estratégias utilizadas pelo Ministério da Saúde em 2011 que contribuíram para os resultados positivos alcançados no decorrer deste ano, com o apoio e parceria do Departamento de Condicionalidades da SENARC/MDS.
Taxa de Atendimento às Famílias Pobres (porcentagem)	SENARC/MDS e IBGE	1/7/2007	100,00	12/2011	102,82	100,00	Alta	Desde o início, entende-se como fundamental para o sucesso do PBF a construção de estimativas do contingente de famílias a serem atendidas, dada a necessidade de utilizar o mecanismo da transferência de renda como a força motriz para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza. Além disso, a utilização de estimativas municipais contribui para garantir a transparência da gestão e para reduzir erros de focalização do PBF. No início de 2011, as estimativas municipais foram revistas a partir de estudos dos dados do Censo, realizado em 2010, aplicando-se ainda a metodologia de Mapas de Pobreza, desenvolvida pelo Banco Mundial. Deste modo, tendo novas estimativas municipais, foi estabelecida meta de crescimento do atendimento, prevendo atender até 2013 mais 800 mil novas famílias. Ficou estabelecida que a expansão fosse realizada ao longo de 3 anos, sendo o incremento de 2011 correspondente a 320 mil famílias. Esta ação foi realizada com sucesso.

Programa 0290 Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo *Prover infraestrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e às exigências ambientais*

Público-alvo *Consumidores de petróleo e derivados*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhões de m³ por dia)</i>	Petrobras Transportes S.A. - Transporte	31/12/2006	10,05	12/2011	11,48	-	Alta	Não ha medidas corretivas necessarias
<i>Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)</i>	Petrobras Transporte	31/12/1996	7.011,00	12/2011	7.179,00	-	Alta	Não ha medidas corretivas necessarias
<i>Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados (porcentagem)</i>	Petrobras	31/12/2002	38,00	12/2011	24,90	-	Alta	Não ha medidas corretivas necessarias

Programa 1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão **Órgão Responsável** 54000 Ministério do Turismo (MTur)

Objetivo Aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda
Público-alvo Turistas domésticos e trade turístico

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Competitividade dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional (pessoas capacitadas)	Relatório Brasil, 2008. FGV/MTur/Sebrae, 2008, p. 66	15/4/2008	52,00	01/2012	57,40	65,00	Alta	-
Fluxo de Turistas Domésticos (milhão)	EMBRATUR	31/12/2005	-	05/2012	195,00	220,00	Alta	-
Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo (milhar)	RAIS/MTE e Ministério do Turismo	31/12/2005	-	05/2012	363,53	550,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 0257 Universalização dos Serviços de Telecomunicações

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Órgão Responsável

Objetivo Promover a universalização do acesso à infra-estrutura de telecomunicações

Público-alvo Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, pessoas com deficiência carentes, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acessos a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2012	0,00	-	Muito Baixa	Em virtude da impossibilidade legal de utilização de recursos do FUST em programas/atividades/projetos que não estejam vinculados ao STFC, portanto seja o único prestado em regime público, não houve o que apurar. Sendo assim, assinala-se a necessidade de ajuste jurídico para utilização dos recursos do FUST.
Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2012	0,00	-	Muito Baixa	Em virtude da impossibilidade legal de utilização de recursos do FUST em programas/atividades/projetos que não estejam vinculados ao STFC, portanto seja o único prestado em regime público, não houve o que apurar. Sendo assim, assinala-se a necessidade de ajuste jurídico para utilização dos recursos do FUST.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos
56000 Ministério das Cidades (MCI) Órgão Responsável

Precários

Objetivo Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade

Público-alvo Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	10,50	12/2009	9,86	1,50	Muito Baixa	O indicador não consegue dialogar adequadamente com o programa visto que a utilização de indicadores habitacionais macro não é adequada para se mensurar o impacto do programa já que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do déficit. Além disso, o indicador no exercício refere-se à PNAD 2009, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualização posterior baseada nas PNAD, que não se referem ao ano de avaliação do programa. Além disso, a análise dos dados do Censo 2010 pela Fundação João Pinheiro ainda não se encontram disponíveis.
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	4,20	12/2009	4,18	2,23	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta. O Programa de Urbanização em questão não interviu apenas naqueles assentamentos cadastrados pelo IBGE como subnormais, e sim, conforme definição de assentamentos precários contida nos normativos do programa e demanda dos tomadores.
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	31,20	12/2009	29,24	16,30	Muito Baixa	A discrepância ocorrida para o índice de apuração de 2009 em relação aos anos anteriores, deveu-se na metodologia apresentada, que foi a da Carência de Infra-estrutura nos domicílios urbanos duráveis no Brasil, e recalculando-se o mesmo indicador para os Assentamentos Subnormais, o índice apresentado é de aproximadamente 29,24.
Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)	31/12/2006	2,24	-	-	11,12	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.
Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2002	6,00	-	-	0,00	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta. O indicador foi substituído no PPA 2012-2015.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1456 Vetor Logístico Amazônico

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão Responsável

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Amazônico (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Amazônico (carro/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Amazônico (R\$(t x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Amazônico (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Amazônico (R\$(t x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Amazônico (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Amazônico (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Amazônico (minuto)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Programa	1457 Vetor Logístico Centro-Norte	Objetivo	Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
						Data	Índice	Data	Índice			
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
					SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

39000 Ministério dos Transportes (MT)
Órgão Responsável

Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT
Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins

Programa 1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão Responsável

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO
Público-alvo Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Sudeste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Sudeste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Sudeste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Sudeste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Centro-Sudeste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Programa	1458 Vetor Logístico Leste	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
			Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO								
Público-alvo	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro								
Indicador (unidade de medida)									
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Leste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Leste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Leste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Leste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Leste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Leste (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa 1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão Responsável

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Meridional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Meridional (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t.x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Meridional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t.x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Meridional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Nordeste Meridional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetur Logístico Nordeste Setentrional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetur Logístico Nordeste Setentrional (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetur Logístico Nordeste Setentrional [R\$/(t x km)]	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetur Logístico Nordeste Setentrional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetur Logístico Nordeste Setentrional [R\$/(t x km)]	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetur Logístico Nordeste Setentrional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percurso no Vetur Logístico Nordeste Setentrional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetur Logístico Nordeste Setentrional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Programa 1459 Vetur Logístico Nordeste Setentrional

Órgão Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Programa	1462 Vetor Logístico Sul	Órgão Responsável	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS										
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul										
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Sul (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Sul (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Sul (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Sul (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Sul (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Sul (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1289 **Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços** **Órgão Responsável** 36000 **Ministério da Saúde (MS)**

Objetivo Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adaptação e segurança dos produtos, serviços e ambientes

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de notificação de reação adversa grave a medicamentos (índice numérico)	Notivisa (Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária)/ANVISA	31/12/2006	2,65	01/2012	17,83	7,00	Alta	O resultado alcançado por este indicador está relacionado com as orientações oferecidas pela Agência para a priorização das notificações graves pelas instituições de saúde, especialmente os hospitais sentinelas. Além disso, a RDC nº 04/2009, que entrou em vigor em 08 de fevereiro de 2010, exige que as empresas farmacêuticas notifiquem prioritariamente as reações graves. São consideradas reações adversas graves aquelas que resultam em morte, colocam em risco a vida, provocam ou prolongam internações, causam incapacidade persistente ou permanente, anomalias congênitas ou efeitos clinicamente significativos. Ressalta-se que o desenvolvimento de reações adversas é um risco associado à utilização de medicamentos. Dessa forma, quanto maior o conhecimento desses efeitos na população, melhores serão as ações sanitárias de prevenção e controle.
Percentual de avaliação de risco sanitário dos serviços de hematoterapia potencialmente fornecedores de plasma (-)	Relatórios e roteiros de inspeção enviados pelas vigilâncias sanitárias, e avaliação de risco realizada pelas mesmas. Listagem de fornec. de plasma excedente do uso terap. emit. pelo MS e HEMOBRAS.	31/12/2008	46,00	01/2012	66,66	50,00	Alta	
Taxa de inspeções sanitárias em hospitais (%)	SINA/ANVISA e CNES/MS	31/12/2006	63,00	01/2012	56,90	80,00	Média	Entre os fatores que podem ter associação com o não cumprimento da meta, destacam-se as deficiências de estrutura e de processos de trabalho das vigilâncias. No campo das estruturas: infra-estrutura de suporte para a fiscalização, dificuldades de fonte para consultas técnicas, RH insuficientes e não capacitados para a atividade específica, dificuldades para locomoção aos estabelecimentos a serem inspecionados. No campo dos processos de trabalho: precariedade na orientação jurídica para os processos administrativos sanitários, deficiências na atualização dos cadastros de estabelecimentos sujeitos à VISA, falta de informatização dos processos de trabalho e pouco conhecimento da capacidade operacional diante das atribuições legais.

Programa	1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)				
Objetivo	Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adaptação e segurança dos produtos, serviços e ambientes							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de inspeções sanitárias em indústrias de medicamentos (%)	SINA VISA/ANVISA	31/12/2006	46,00	01/2012	58,70	65,00	Média	A razão para o alcance abaixo da meta prevista para 2011 pode ser justificada por alguns acontecimentos, tais como: 1) extensão do prazo da validade dos Certificados para 2 anos a partir da publicação da Lei 11.972/09. Esta alteração pode ter ocasionado a redução do número de inspeções nas empresas autorizadas, pois há Estados em que a demanda é superior à capacidade operacional e, por isso, nem todas as inspeções podem ser realizadas anualmente; 2) há casos de empresas que foram interditadas após inspeções sanitárias, as quais somente são reinspecionadas a partir do momento que estiverem aptas a reiniciar as atividades; 3) pode haver empresas que não estejam mais em funcionamento, não sendo, portanto, inspecionadas. Porém, constam como ativas até que as Autorizações sejam canceladas.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos 36000 Ministério da Saúde (MS) Órgão Responsável

Objetivo Prevenir e/ou controlar agravos de doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Incidência Parasitária Anual de Malária na Amazônia Legal - IPA (1/1.000)	Ministério da Saúde	31/12/2006	26,60	01/2012	10,00	15,70	Alta	-
Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente (%)	SVS/MS	31/12/2006	74,60	01/2012	81,00	80,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano (%)	SI-API; SMS/SES/MS - CGPNI / SVS	31/12/2006	96,75	01/2012	94,50	95,00	Alta	-
Taxa de Cura da Hanseníase (%)	SINAN/MS	30/12/2007	75,25	04/2012	82,70	90,00	Baixa	A apuração realizada em 24/04/2012 apresenta o percentual de cura de hanseníase em 82,7%. Apesar do resultado preliminar estar abaixo da meta de 90%, os dados indicam uma evolução do indicador nos últimos anos*: 2008: 81,3% - 31/07/2009: 2009:82,1% -31/07/2010: 2010: 82,3% - 31/05/2011 e 2011: 82,7% -31/03/2012. Diversas ações foram implementadas pela CGHDE visando a melhorar este indicador, entre elas a intensificação das ações de busca ativa de faltosos e abandonos e a aprovação de incentivo financeiro para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Hanseníase, que teve adesão de 97% (258) dos municípios prioritários para o Programa Nacional de Hanseníase (Fonte: SISPLAM e atualização da CGHDE). *Obs: No período de alimentação do SISPLAM para os anos de 2008, 2009 e 2010, só estavam disponíveis dados preliminares referentes ao percentual de cura de hanseníase.
Taxa de Cura da Tuberculose (%)	SVS/MS	31/12/2005	62,73	04/2012	69,60	85,00	Baixa	A taxa de cura da tuberculose (TB) aumentou para 69,6% (dado atualizado em 17/04/12), mas a possibilidade do alcance do indicador previsto para 2011 é baixa, levando em consideração a série histórica da cura de TB nos últimos anos: entre 2008 e 2010*, o percentual foi de 72,5%, 72,3% e 71,8%. Os dados para 2010 são preliminares e embora os percentuais de ignorado/em branco(5,8%) e transferência(7,6%) sejam significantes, observa-se melhora na oportunidade do preenchimento do indicador. Mesmo que o Brasil tenha detectado 88% dos casos estimados pela OMS, reduzido a taxa de incidência em 15,9% e a de mortalidade em 22,6% na última década, o aumento do indicador de cura permanece um desafio. O PNCT tem investido na adesão ao Tratamento Diretamente Observado, na realização do monitoramento sistemático da completude de campos e na ampliação da integração entre vigilância e atenção básica, intensificando a descentralização das ações de controle da TB.(Fonte: Sisplam e PNCT)*Obs:dado atual

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa 1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo *Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Incidência de Aids (1/100.000)</i>	Ministério da Saúde	31/12/2006	18,70	01/2012	17,90	17,30	Alta	A apuração parcial dos dados referentes à taxa de incidência de aids em 2010 ficou em 17,9/100.000. Considerando que os dados de 2011 ainda não estão disponíveis para análise, não é possível avaliar o cumprimento da meta. No entanto, a possibilidade de alcance do indicador previsto para 2011 é alta, dada a tendência contínua de redução da taxa de incidência de aids a partir de 2008 (19,3/100.000 hab em 2008 para 17,9/100.000 hab em 2010). Diversas ações foram realizadas em 2011 com a finalidade de reduzir a incidência de aids na população, entre elas: distribuição de 493,5 milhões de preservativos masculinos; aquisição de 3,5 milhões de testes rápidos para HIV; capacitação de 600 multiplicadores regionais para o uso do teste rápido e elaboração de planos de enfrentamento da epidemia em grupos específicos (Fontes: SISPLAM e atualização do DDAHY)

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	Órgão Responsável	51000	Ministério do Esporte (ME)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens										
Público-alvo	Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social										
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Alcance do Índice Previsto	Observações
Nível de Atendimento de participantes do sexo Feminino ()	Banco de dados do Sistema do Programa Segundo Tempo - Convênios do Portal do Ministério do Esporte	29/4/2009	37,00	12/2011	35,00	12/2011	39,00		39,00	Alta	-
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens (percentual)	SNEED/ME - IBGE/PNAD	31/12/2005	0,01	12/2011	4,39	12/2011	1,60		1,60	Alta	-
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros (percentual)	SNEED/ME- IBGE	31/12/2006	0,11	12/2011	13,08	12/2011	8,50		8,50	Alta	-
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes e Regiões Metropolitanas (percentual)	SNEED/ME- IBGE	31/12/2007	0,29	12/2011	46,81	12/2011	10,00		10,00	Alta	-
Taxa de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleos capacitados ()	SNEED	2/1/2009	80,00	12/2011	91,82	12/2011	87,00		87,00	Alta	-

Programa	0512 Zonamento Ecológico-Econômico	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)			
Objetivo	Promover o zonamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País						
Público-alvo	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Zonamento do Território Nacional (porcentagem)	Ministério do Meio Ambiente	29/12/2003	16,00	12/2011	72,00	67,00	Alta